



PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA (PPR-ESP)

PALMITOS - SC

2023 A 2025

Prefeito Municipal

Dair Jocely Enge

Vice-Prefeito

Cristiano André Hoppe

Secretária Municipal de Saúde

Juarez Rossini

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Geraldo Henrique Walbrinck

Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos.

Roque Gozatti

Secretário Municipal de Assistência Social, Habitação e Promoção Social.

Anacleto Secchi

Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal

Defesa Civil: Ricardo Einloft

Vigilância Sanitária: Juliane Lorini Azevedo

Cordenação Atenção Primária: Dinéia Cristiane de Aguiar

2023



1. Revisões do PPR - ESP

Revisões	Datas	Alterações	Responsável (eis)
Revisão 0	2024		
Revisão 1	2027		
Revisão 2	2031		
Revisão 3	2035		

2. Compartilhamento do Plano

Local	Responsável
http://palmitos.sc.gov.br	Prefeitura Municipal

3. Responsáveis pela elaboração e aplicação do PPR-ESP

Função	Nome	e-mail	Telefone
Assessora de Saúde Pública	Dinéia Cristiane de Aguiar	dicrisol@yahoo.com.br	(49) 991355179
Fiscal de Vigilância Sanitária	Juliane Lorini Azevedo	vigilanciasanitaria@palmitos.sc.gov.br	(49) 36479600

INTEGRANTES/COLABORADORES

Secretário da Agricultura e Meio Ambiente	Geraldo Henrique Walbrinck
Sargento do Corpo de Bombeiros	Clerio André Roversi
Comandante da Polícia Militar	Marcio Stahlhofer
Defesa Civil	Ricardo Einloft
Secretaria da Assistência Social	Anacleto Secchi
Setor de Engenharia	Juliano Pedro Scandolara



REVISORES	
Função	Nome
Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental	Juliane Lorini Azevedo
Secretário de Administração/Planejamentos e Finanças	Rodrigo Henrique Timm



Lista de Abreviaturas

ACS – Agente Comunitários de Saúde

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

SUS – Sistema Único de Saúde

Lista de Figuras

Figura 01: Climatologia e histórico de previsão do tempo

Figura 02: Anomalia-Precipitação Acumulada.

Figura 03: Precipitação Observada.

Figura 04: Bacia do Rio Uruguai

Figura 05: Mapa Hidrográfico de Palmitos-SC



Sumário

APRESENTAÇÃO.....	6
1. OBJETIVOS.....	7
1.2 Objetivos Específicos.....	7
2. MARCO LEGAL E NORMATIVO.....	8
3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	11
3.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	16
3.3 Atividades Econômicas.....	25
3.3.2 Pluviometria.....	30
3.3.3 Pedologia.....	33
3.4 Hidrografia.....	39
3.5 Saúde.....	40
3.5.2 Atenção Básica.....	41
3.5.3 Cobertura Vacinal.....	42
3.5.4 Atenção Hospitalar.....	42
3.5.5 Serviços de Urgência e Emergência.....	43
3.5.6 Gestão e Planejamento do Sistema Único de Saúde.....	43
3.6 Assistência Social.....	44
3.7 Segurança.....	44
3.8 Obras.....	45
4. HISTÓRICO DE DESASTRES NATURAIS E ANTROPOGÊNICOS.....	45
5. GESTÃO DE RISCO EM DESASTRES.....	45
Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres.....	46
5.1 Classificação do desastre de acordo com o COBRADE.....	47
5.2.1 Ocorrência de Estiagem.....	47
5.2.3 Ocorrência de ENXURRADAS.....	51
5.2.5 Ocorrência de DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIS.....	56
6. ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA.....	60
6.2 Sala de Situação.....	60
7. INFORMAÇÕES À POPULAÇÃO.....	61
8. CAPACITAÇÕES.....	61
9. REFERÊNCIAS.....	61
Anexo I.....	63
Anexo II.....	64
Anexo III.....	65
Anexo IV.....	69
Anexo V.....	70



APRESENTAÇÃO

O Programa **VIGIDESASTRES** abrange uma série de ações de proteção da saúde, quanto aos impactos decorrentes de desastres naturais e antrópicos (resultantes da ação do homem) no Município de Palmitos.

Neste contexto, desenvolve um conjunto de ações intersetoriais e com a comunidade, para, em tempo oportuno, reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde aos desastres, minimizar doenças e agravos decorrentes deles, bem como reduzir os danos aos serviços de saúde.

Seu modelo de atuação tem base na gestão do risco, contemplando medidas de redução do risco (prevenção, mitigação e preparação), manejo dos desastres (alerta e resposta) e recuperação dos seus efeitos (reabilitação e recuperação). Além disso, atua na articulação das agendas de mudanças climáticas e seus efeitos à saúde humana. No município de Palmitos,SC, o **VIGIDESASTRES** atua principalmente em situações como:

- Estiagem;
- Granizo/vendaval;
- Enxurrada;
- Alagamentos;
- Dengue;
- Doenças infecciosas virais;

O Estado de Santa Catarina aprovou através do CIB 99/2022 a elaboração de ações do VIGIDESASTRES no Estado, e deliberou que os municípios devem apresentar o Plano Municipal de Preparação e Resposta a Emergências em Saúde Pública (PPR-ESP), para facilitar de forma qualificada e cooperativa, as ações de atuação em situações de epidemias e desastres que demandem emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, com danos e agravos à saúde pública, considerando características geográficas, demográficas, epidemiológicas, ambientais e climatológicas de cada localidade.



1. OBJETIVOS

1.1 Objetivo Geral

O Plano Municipal de Preparação e Resposta a Emergências em Saúde Pública (PPR-ESP) tem por objetivo desenvolver um conjunto de ações a serem adotadas continuamente pelas autoridades de saúde pública para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde aos desastres, reduzir doenças e agravos decorrentes deles, bem como, os danos à infraestrutura da saúde. Este Plano estabelece estratégias para a atuação em emergência em saúde pública por desastres de origem natural, tecnológica e antrópica. Sua organização propõe uma atuação baseada na gestão do risco, contemplando ações de redução do risco, manejo dos desastres e recuperação dos seus efeitos. Além disso, atua na articulação das agendas de mudanças climáticas e seus efeitos à saúde humana.

O município, como primeira instância de resposta aos desastres, deve estar preparado e organizado para executar ações voltadas para a gestão do risco, compreendendo as etapas de redução do risco, manejo do desastre e recuperação. Quando o agravo supera a capacidade de resposta de uma região ou município, este deve recorrer ao apoio das esferas estadual e federal.

1.2 Objetivos Específicos

1. Planejamento estratégico para reduzir os riscos de desastres no município;
2. Levantar informações sobre desastres já ocorridos e as vulnerabilidades existentes;
3. Levantamento da capacidade de resposta;
4. Mapear os riscos potenciais e estabelecer estratégias de atuação;
5. Preparar o setor saúde para atender à população atingida;
6. Organizar medidas de atuação em conjuntos entre os setores públicos, como por exemplo: Secretária de Saúde, Defesa Civil, Secretária da Agricultura e DMER, Setor de Assistência Social, Setores de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, EPAGRI, Polícia Militar;
7. Estabelecer um fluxo de comunicação para fortalecer a participação social e a educação em saúde.



2. MARCO LEGAL E NORMATIVO

Para embasamento das ações propostas neste PPR-ESP, foi realizada pesquisa exploratória sobre o arcabouço legal vigente, contendo as ações coordenadas de gerenciamento dos riscos e dos impactos dos desastres. Diante disso, o arcabouço legal está apresentado a seguir:

- Lei nº 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
- Portaria nº 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006);
- Lei nº 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima;
- Portaria nº 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional;
- Decreto nº 7.616 (2011): “Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS”;
- Portaria nº 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto nº7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS);
- Decreto nº 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”;
- Portaria GM/MS nº 888 (2021): Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade;
- Lei nº 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e



Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996 ; e dá outras providências;

- Decreto nº 7.508 (2011): Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação Inter federativa, e dá outras providências;
- Portaria nº 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;
- Portaria nº 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Resolução nº 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS);
- Portaria nº 188 (2020): “Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Corona vírus (2019-nCoV)”;
- Decreto nº 10.212 (2020): “Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005”. No documento “Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)” referente à 72ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas, “a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas”;
- Portaria SES nº 614 (2021): visa “instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde”;
- Portaria SES nº 615 (2021): visa “aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)”;



- Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimento e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal;
- A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres;
- A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 D IV S/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres;
- Lei Complementar Nº 1365/2002 Institui o Código Sanitário do Município de Águas de Chapecó e dá Outras Providências.



3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

História e Colonização de Palmitos

Há 91 anos, em 1926, agricultores vindos do RS pela Companhia Sul Brasil, começavam construir suas residências onde hoje é a Linha Cascalho. O engenheiro Carlos Culmey liderava os grupos formados por famílias que vivem até hoje no município como: Otto, Daenecke, Trenepohl, Bortolanza, Lazzari, Maihack, Knapp entre outros.

O primeiro habitante Fernando Otto, construiu um grande rancho e depois uma casa de madeira onde abrigava os compradores de terra do Rio Grande do Sul. A maioria destes colonos eram descendentes de alemães e italianos. Na época a mata ainda não era habitada, apenas nas margens dos rios os madeireiros atuavam, roubando a madeira de lei. Na época das enchentes as melhores madeiras, como louro e cedro eram levados para a Argentina.

A primeira serraria foi construída em 1927 e a partir daí as primeiras moradias. Com isso também veio a primeira escola e o Hotel Otto. Uma das maiores dificuldades da época eram as pragas como mosquitos e formigas. Nos dias muito frios, como ainda não existiam botas de borracha, os adultos usavam tamancos para evitar o contato com o chão úmido. Em 19 de Julho de 1927 foi construído o primeiro fogão, feito de argila.

Em 1938, o distrito passou a chamar-se Passarinhos e, em 1947, foi denominado Palmitos. Desmembrada de Chapecó em 1953, a instalação oficial do novo município ocorreu em março do ano seguinte.

Em 2 de março de 1954 Palmitos tornou-se município e teve o tenente Olavo Spaldin de Souza como prefeito nomeado pelo governo do Estado.

A explicação mais aceitável para a origem do nome Palmitos deve-se a existência de palmeiras no local. Existem palmeiras nativas da Mata Atlântica conhecidas como palmito como o Palmito-Jussara.

COLONIZAÇÃO

A colonização de palmitos iniciou-se em 1926, com a chegada dos primeiros colonizadores descendentes de alemães e italianos, vindos do



Rio Grande do Sul. Desmembrada de Chapecó em 1953, a instalação do novo município ocorreu em março no ano seguinte. Companhia Territorial Sul Brasil.

A Companhia Territorial Sul Brasil foi responsável pela colonização de parte da região Oeste de Santa Catarina. Para entender o processo de atuação da companhia, é necessário dizer que essa região esteve por muito tempo em disputa entre Portugal e Espanha, no período colonial, e mais tarde, no período das independências, a disputa continuou entre Brasil e Argentina. A posse da terra, durante este período, foi disputada entre índios e caboclos, fazendeiros e empresas colonizadoras.

Durante o século XVIII o Oeste Catarinense já havia sido ocupado pelas fazendas de criação de gado bovino. O governo imperial não demonstrava maior preocupação com o desenvolvimento sócio-econômico da região.

Quando chegaram as empresas colonizadoras a partir de 1917, a população residente no local estava reduzida a pequenos grupos e não representava ameaça as mesmas. Terra e madeira geravam lucros, assim a disputa entre as empresas colonizadoras foi acirrada e saia vencedor quem tinha maior influência junto ao governo do Estado.

As colonizadoras foram organizadas a partir da perspectiva de lucros a que o Oeste Catarinense acenava, através da venda de terras férteis e de maneira para a exportação.

A falta de experiência no setor obrigou as colonizadoras a contratarem pessoas que já haviam coordenado projetos de colonização, como foi o caso da Companhia Sul Brasil, que contratou para diretor geral Carlos Culmey.

As terras foram demarcadas para pequenas propriedades (20 a 35 hectares). Fizeram isso devido ao relevo acidentado de região, coberto de mato e que não interessava ao latifundiário. A colonizadora reservava seu direito de explorar a madeira. A Companhia Sul Brasil trouxe da Alemanha vários agrimensores que dividiram as terras em lotes coloniais, chácaras ou lotes urbanos. A distribuição dos colonos foi feita a partir de sua origem étnica e credo religioso. A Companhia Territorial Sul Brasil, Sociedade Anônima com sede em Porto Alegre Rio Grande do Sul, foi constituída em 23 de agosto de 1925. A escritura foi lavrada em 26 de agosto de 1925. Para colonizar era necessário ter bastante conhecimento e para dirigir a colonização de suas terras, a Companhia Sul Brasil investe no experiente Carlos Culmey, que começa a colonização em 1926 e vai até 1939, quando morre tragicamente.

As comunidades normalmente eram divididas por rios. Na falta de pontes, construíam pinguelas. Para atrair colonos, a Companhia Sul Brasil fazia uma propaganda muito boa. Havia agentes propagandistas responsáveis pelo convencimento das pessoas, que ganhavam 10% pela venda do lote. Dinheiro pago pela Companhia.

Segundo os agentes, em Santa Catarina, tudo o que se plantava dava (como fumo, feijão, batatinha, milho, trigo, alfafa, amendoim, uvas, bananas, laranjas e outros produtos). A terra era boa e barata.

Formaram-se as comunidades por origem étnica e credo religioso, para evitar conflitos. Para Palmitos, vieram alemães evangélicos e para Caibi os italianos. Como chegaram muitos italianos em Caibi e o espaço destinado a



eles era pequeno, muitos ficaram em Palmitos. Até os dias de hoje, Palmitos tem praticamente o mesmo número de alemães e italianos.

Os católicos eram atendidos por padres de São Carlos e região e os evangélicos por um pastor vindo de Ijuí. Nos primeiros tempos, construíram igrejas que também serviram de escolas, os alemães se preocupavam mais com a educação, já os italianos, preferiam ficar com os filhos em casa para trabalhar.

CARLOS CULMEY

Nasceu em 19 de junho de 1879, em Neuwied, na Rhenania. Aos 20 anos formou-se Engenheiro Civil e aos 23 anos veio para o Brasil, retornando em seguida para a Alemanha para buscar sua noiva, Luise Von Michaleis, com quem se casou no Brasil. Ela e sua filha Tutz Culmey o acompanharam nas diferentes regiões onde esteve na frente de projetos colonizadores. Após entrar em conflito com os diretores da companhia, retornou para a Alemanha. Em junho de 1926, voltou ao Brasil a convite da Companhia Territorial Sul Brasil.

A colonização pelos europeus

Assim que chegavam pela primeira vez no futuro município de Palmitos, o próprio Carlos Culmey fazia questão de receber os imigrantes. A Companhia Sul Brasil possuía em linha Cascalho, sede do município, a casa do imigrante, local onde as famílias ficavam caso precisassem esperar a abertura de estradas “piquetes”, para chegar até suas terras.

Os alemães logo começaram a organizar comunidades e escolas, sempre preocupados com a educação dos filhos. Eram os pais que ajudavam a pagar o professor.

O primeiro professor contratado pelos alemães foi Rudolpho W. Schreiner. Entre os italianos, a escola chegou mais tarde, para eles o mais importante era comprar terras para os filhos homens e dar o enxoval para as filhas. Flávis Bondan Lazari foi a primeira professora dos italianos.

O desenvolvimento da comunidade foi bastante rápido. Membros da Companhia Sul Brasil descobriram em linha Taquarussu uma fonte de água mineral e fizeram investimentos. Pessoas com renda razoável, vindas do Rio Grande do Sul, começaram a frequentar o local, pois comentavam que a água mineral da linha Taquarussu era milagrosa.

Construíram um balneário e dois hotéis. Para atrair mais pessoas, Avelino Alves Triches, que mais tarde se tornou prefeito eleito de Palmitos, instalou em 1929, um gerador de energia elétrica. Instalou também um telefone por fio, uma linha que saía de Taquarussu, passava por linha Cascalho que era sede do município, e ia para Mondai.

Em 1938 a sede do município passou a ser Passarinhos. Em 1947, novamente a sede do município é transferida. Desta vez foi para o centro do município, e passou a se chamar Palmitos, assim chamado devido a existência de muitos coqueiros.

Pela lei nº 133 de 30 dezembro de 1953, e instalação ocorrida em 02 de março de 1954, Palmitos tornou-se município. O governo do Estado nomeou provisoriamente o tenente Olavo Spaldin de Souza como prefeito.



Em 03 de outubro de 1954, foi eleito o prefeito Avelino Alves Triches, comerciante de madeira, amigo de Carlos Culmey e um dos colaboradores da Companhia Sul Brasil. Também foi eleita a primeira Câmara de Vereadores, composta de sete vereadores.

AS BALSAS

A madeira foi uma das primeiras atividades econômicas da região Oeste. Com os meios de transporte da época era difícil transportar a madeira até a Argentina para ser comercializada. A solução foi o transporte por balsa.

As balsas grandes com mais de 500 vigas, denominavam-se remorques e só podiam descer o rio puxadas por lanchas a motor. As balsas menores eram conduzidas a remos por remadores muito habilidosos. Sobre as balsas arrumava-se o rancho, o qual às vezes desaparecia no rodopio das corredeiras. A viagem seguia sem paradas para descanso. Até os portos fluviais da Argentina levava-se, de cinco a oito dias de viagem. Era necessário a boa alimentação para ter forças para o trabalho pesado, a qual era preparada sobre a balsa.

O maior temor dos balseiros era passar pelo Salto Grande do Uruguai, hoje conhecido como Salto do Yucumã. Para passar este salto, o rio deveria estar no mínimo a 6m acima de seu nível.

Palmitos comemorou em março deste ano (2013) 59 anos de emancipação político-administrativa e 87 de colonização. Mas sua história é bem mais antiga e começa no longínquo ano de 1641, quando o Oeste de Santa Catarina passou a ser conhecido pelos colonizadores europeus. Foi nesse ano que passou por aqui o primeiro grupo de bandeirantes paulistas que estavam a caminho do Rio Grande do Sul.

No começo, eram os indígenas que dominavam a região. A população nativa que teve presença maior foi a dos índios Kaigangs. A falta de dados dificulta um quadro antropológico e demográfico mais preciso dessa população indígena. De forma esporádica também vieram habitar essa região, índios guaranis.



Palmitos é uma cidade que cresce com qualidade de vida, sem perder a simplicidade do interior Catarinense. Uma das pioneiras da região Oeste do estado, é conhecida pela tradição de seu povo, pelas fontes de águas termais, cachoeiras, trilhas ecológicas, vistas panorâmicas do rio Uruguai, matas nativas, comidas e vinhos coloniais. Palmitos oferece lazer, bem estar e diversão com uma excelente infraestrutura.

Localizada à margem da SC-283, na microrregião de Chapecó e na mesorregião do Oeste Catarinense, distancia-se 60 km de



Chapécó e 634 km de Florianópolis. A população é de 16.050 habitantes. Integra, ao lado de Águas de Chapécó, Quilombo, São Carlos e Caibi, a conhecida “Rota das Termas”. Esta é a rota para a diversão em família. Suas principais atrações estão concentradas na Ilha Redonda, às beiras do grandioso Rio Uruguai. Palmitos faz parte ainda da Amerios – Associação dos Municípios do Entre Rios e é sede da 29ª Secretaria de Desenvolvimento Regional de SC.

Esta é uma cidade acolhedora, onde a tradição cultua e promove o desenvolvimento, onde é bom de viver e onde a alegria invade a cada um que por aqui chega! Esta é a capital catarinense do vinho colonial e detentora da 2ª maior bacia leiteira de nosso estado!



Fonte: <http://palmitos.sc.gov.br>

3.1 Aspectos Socioeconômicos

No Brasil, o IBGE calcula a população economicamente ativa, como o conjunto de pessoas que estão trabalhando ou procurando emprego. No gráfico abaixo, podemos notar um aumento da taxa da população economicamente ativa de 2,9%, entre os anos de 2000 até o ano 2010, segundo dados do IBGE.



Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, 2010.



Identificação do usuário / cidadão - Faixa etária

Descrição	Masculino	Feminino	N. Inf	Total
Menos de 01 ano	30	24	0	54
01 ano	43	42	0	85
02 anos	42	36	0	78
03 anos	53	43	0	96
04 anos	53	36	0	89
05 a 09 anos	251	225	0	476
10 a 14 anos	237	208	0	445
15 a 19 anos	258	195	0	453
20 a 24 anos	240	253	0	493
25 a 29 anos	265	264	0	529
30 a 34 anos	252	262	0	514
35 a 39 anos	279	263	0	542
40 a 44 anos	251	235	0	486
45 a 49 anos	230	226	0	456
50 a 54 anos	242	221	0	463
55 a 59 anos	254	220	0	474
60 a 64 anos	241	221	0	462
65 a 69 anos	223	217	0	440
70 a 74 anos	142	115	0	257
75 a 79 anos	90	100	0	190
80 anos ou mais	120	130	0	250
Não informado	0	0	0	0
Total:	3796	3536	0	7332

3.2

Fonte
SISAB

Índice
de

Desenvolvimento Humano (IDH)

Segundo dados do ano de 2018, o IDH do Brasil está em 0,759 e encontra-se estagnado desde 2017. Atualmente, o IDH brasileiro encontra-se na posição 79 IDH no ranking mundial. De 2010 até 2017, o Brasil subiu seis posições no ranking, antes ocupava a 73ª posição. O índice brasileiro, que antes se elevava por conta da melhoria da expectativa da população e das taxas de alfabetização, encontra-se estagnado no momento político atual. Espera-se, inclusive, um decaimento nos próximos anos.



O crescimento que o Brasil apresentou nos últimos anos em relação ao IDH não evidenciam, por exemplo, que o país ainda possui problemas sociais graves. Isso acaba se tornando um defeito do Índice de



Desenvolvimento Humano, pois as variáveis utilizadas não são suficientes para identificar os problemas sociais de determinado país.

Indicadores de desenvolvimento humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é utilizado no relatório anual do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e também por outras entidades e empresas com vistas a ampliar as análises sobre determinada população para além de referenciais exclusivamente econômicos. Neste sentido o índice é composto por três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Santa Catarina, pelo levantamento de 2010, ocupa a 3ª posição no ranking nacional, com um IDH médio de 0,774, enquanto Palmitos atinge um IDH médio de 0,737. Na tabela, o indicador aparece mapeado, também, por critérios de longevidade e educação levantados no município.

Tabela 0 - IDH Municipal (Educação, Longevidade e Renda) com colocação estadual

Renda 2010	Longevidade 2010	Educação 2010	IDH Médio 2010	Posição estadual no IDH Médio 2010
0.757	0.836	0.632	0.737	139º

Fonte: PNUD/IBGE

Indicadores sociais

No quadro a seguir, estão presentes os principais dados considerados para traçar o perfil social do país, dos estados e dos municípios. Através do índice de Gini, indicador usado para medir o grau de concentração de renda em determinada região, percebe-se importante diminuição na desigualdade, sendo o município o 104º em incidência de pobreza, entre os 295 municípios catarinenses. A esperança de vida ao nascer é próxima de 75 anos e a taxa de mortalidade infantil zerou em 2014.



Quadro 3 - Aspectos sociais

Aspectos sociais		
Índice de Gini	0,5556 (2000)	0,4682 (2010)
Incidência de pobreza % colocação estadual (2010)	1,59	104º
Esperança de vida ao nascer Colocação estadual (2010)	75,13	129º
Taxa Mortalidade Infantil	13,4 (2010)	0,0 (2014)

Fonte: IPC – Maps/ PNUD/ IBGE/ Ministério da Saúde

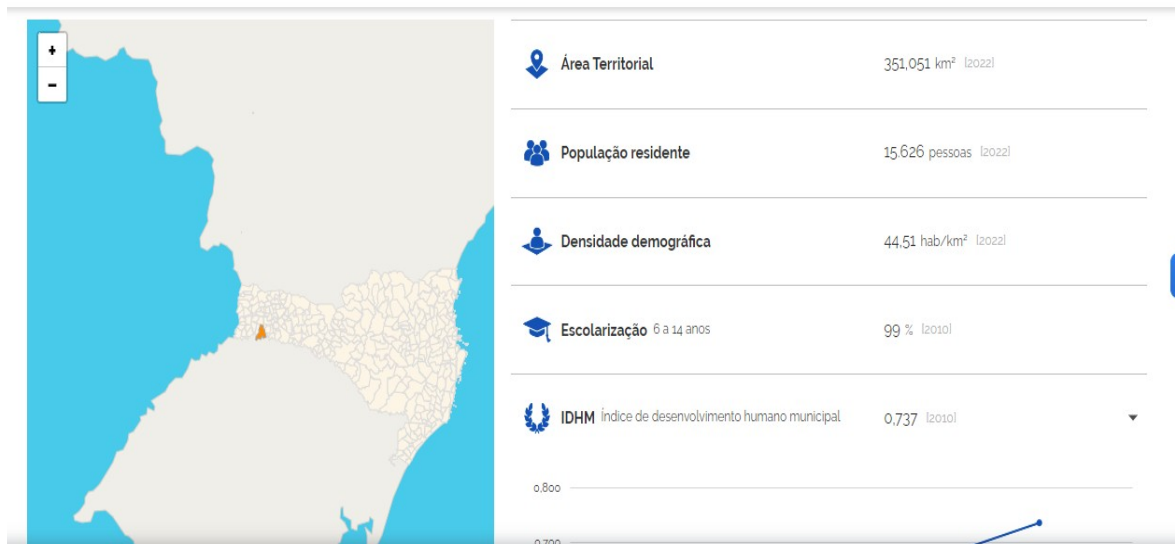
Segundo IBGE, 2022:

Dados abaixo são referentes ao município de Palmitos,SC.

Santa Catarina, pelo levantamento de 2010, ocupa a 3ª posição no ranking nacional, com um IDH médio de 0,774, enquanto Palmitos atinge um IDH médio de 0,737.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Buscar



Saúde

Os dados englobados, nessa seção, dimensionam a rede de atendimento à saúde disponível aos moradores do município. É um perfil que tem em conta a rede de profissionais e estabelecimentos existente em Palmitos, num levantamento relativo aos últimos 5 anos. Número de médicos por mil habitantes A Organização Mundial de Saúde indica, como parâmetro ideal, a equação de 2,11 médicos para cada mil habitantes de uma região geográfica determinada. O histórico de Palmitos, desde 2014, permite observar que o município se mantém abaixo desse parâmetro



numérico, com a existência de 0,99 médico para cada mil moradores do município.

Tabela 10 - Número de Médicos por 1.000 habitantes

Total de médicos					Médicos por 1.000 hab*
2014	2015	2016	2017	2018	
17	17	18	17	16	0,99

Fonte: Ministério da Saúde

* Cálculo realizado pela estimativa populacional do IBGE em jul/2018.

Número de leitos por mil habitantes

Não há um parâmetro internacional com relação à densidade ideal, mas a Organização Mundial da Saúde estima, globalmente uma média de 3,2 leitos hospitalares para cada 1.000 habitantes. Número que, na América Latina e Caribe, cai para 2 leitos por mil. Em Santa Catarina levantamento de julho de 2018 apura a existência de 15.334 leitos, sendo que a quantidade disponível na rede de saúde de Palmitos supera a média mundial, com índice de 4,39 por mil habitantes.

Tabela 11 - Leitos hospitalares

2014	2015	2016	2017	2018	Variação % 2014-18	Leitos por 1.000 hab*
71	71	71	71	71	0	4,39

Fonte: Ministério da Saúde

* Cálculo realizado pela estimativa populacional do IBGE em jul/2018.

Trabalho e Rendimento

Renda familiar Nessa seção, o Cadernos de Desenvolvimento lança um olhar sobre aspectos infraestruturais disponíveis aos moradores. Percebe-se uma maior concentração de renda nas faixas de até 2 salários mínimos.



Tabela 1 - Número de domicílios urbanos com % por classe econômica – 2010

Renda familiar média	N	%
Até 1/4	238	4,53
Mais de 1/4 a 1/2	563	10,72
Mais de 1/2 a 1	1.721	32,76
Mais de 1 a 2	1.764	33,58
Mais de 2 a 3	498	9,48
Mais de 3 a 5	268	5,10
Mais de 5	152	2,89
Sem rendimento	49	0,93

Fonte: IBGE

Tendo em vista, o objetivo de traçar o perfil de Santa Catarina, que está no foco do conjunto de publicações englobado na série “Cadernos de Desenvolvimento”, o quadro a seguir sintetiza o panorama populacional de Palmitos. Perfil geral e população economicamente ativa Pelo Censo do IBGE, a população economicamente ativa englobava cerca de 62% dos moradores do município. Em se considerando a população total, a comparação entre o último censo e a estimativa de 2018, divulgada pelo IBGE, aponta para um crescimento populacional de 1%.

Quadro 2 - Aspectos populacionais

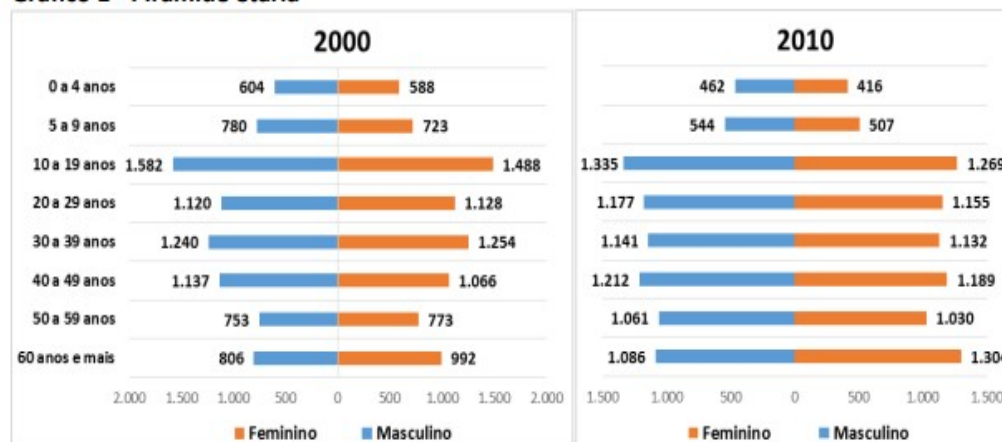
Aspectos populacionais	
Densidade demográfica 2018	45,91 (hab/km ²)
População (Censo 2010)	16.020
Estimativa populacional 2018	16.182
Taxa de crescimento médio anual (2000-2010)	-0,01% 154º ranking estadual
População economicamente ativa	9.509 (2000) 9.863 (2010)
PEA 2010 (%)	61,6%

Fonte: IBGE

Distribuição etária da população

A pirâmide etária segue a tendência nacional e estadual, apontando para o envelhecimento da população local. O número de habitantes com 30 anos ou mais cresceu 34,8% entre 2000 e 2010, já a população até 9 anos diminuiu 28%.

Gráfico 1 - Pirâmide etária



Fonte: IBGE

Buscando traçar um panorama atualizado, que relacione os domicílios existentes em Palmitos com as faixas de renda de seus moradores, a tabela a seguir traz índices do IPC Maps. Trata-se de um banco de dados que estabelece o perfil de consumo das populações dos municípios brasileiros, permitindo um importante conjunto de análises. Pelo levantamento, de 2018, a classe C – que abarca quem tem rendimento mensal entre 4 e 10 salários mínimos – comporta o maior percentual de lares de Palmitos.

Tabela 2 - Número de domicílios urbanos com % por classe econômica – Projeção 2018

Renda familiar média	N	%
A	60	1,6%
B1	197	5,4%
B2	782	21,3%
C1	1.061	28,9%
C2	985	26,8%
D/E	589	16,0%

Fonte: IPC Maps

Condições Infraestruturais

De acordo com dados oficialmente apurados, pelo IBGE, no censo de 2010, a taxa de abastecimento de água abrange mais de 73% dos lares de Palmitos. O esgoto é tratado adequadamente em 13,1% dos domicílios e o lixo é coletado em cerca de 71% das residências. Já a média de consumo per capita de energia elétrica cresceu menos de 1% desde 2013 até 2017, último ano com dados consolidados.



Tabela 3 - Acesso à água – 2010

	<i>Domicílios</i>	<i>% domicílios atendidos</i>
Abastecimento de água	3.842	73,14

Fonte: IBGE/PNAD

Tabela 4 - Acesso a esgoto – 2010

	<i>Esgoto Adequado Domicílios</i>	<i>Esgoto a céu aberto</i>	<i>% Esgoto Adequado</i>	<i>% Esgoto Semi-adequado</i>	<i>% Esgoto Inadequado</i>
Domicílios com rede esgoto	686	47	13,1	70,3	16,7

Fonte: IBGE/PNAD

Tabela 5 – Coleta de lixo – 2010

	<i>Domicílios</i>	<i>% domicílios atendidos</i>
Coleta de lixo	3.754	71,5

Fonte: IBGE/PNAD

Tabela 6 - Acesso à energia elétrica

	<i>Total de consumo</i>	<i>Total de consumidores</i>	<i>Média per capita de consumo</i>
2013	2.621.591	6.892	380,38
2014	2.845.665	7.059	403,13
2015	2.549.033	7.158	356,11
2016	2.624.961	7.224	363,37
2017	2.772.363	7.248	382,50
2018 (junho)	2.581.300	7.270	355,06

Fonte: IBGE/PNAD

Adesão aos planos de saúde

Os dados oficiais que apuram o número total de famílias cobertas por planos de saúde privada apontam que em Palmitos 1.642 domicílios têm acesso a este serviço. Cabe destacar que, pelos dados oficiais, para o Brasil e Santa Catarina essa taxa não chega a 30%.

Tabela 7 - Número de famílias com plano de saúde privado – 2018

<i>Famílias</i>	<i>Domicílios</i>
Junho 2018	1.642

Fonte: IBGE/PNAD



Cobertura bolsa família

Criado em 2003 e instituído por lei em 2004, o Bolsa Família é um programa de transferência de renda que unificou e ampliou iniciativas governamentais implementadas até então. Além de estabelecer parâmetro de renda para acesso ao benefício, o programa também determina critérios de permanência, como a matrícula e frequência de crianças e adolescentes na escola, além de acompanhamento médico rotineiro para crianças, gestantes e mulheres que estejam amamentando. O quadro a seguir aponta a evolução histórica do número de moradores atendidos pelo programa, desde 2011. Percebe-se uma queda de 59,7% no número de benefícios concedidos no período em análise

Tabela 8 - Número de famílias atendidas pelo Bolsa Família

2011	2012	2013	2014	2015	2018
707	683	585	614	493	285

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social

Indicadores de segurança pública

De acordo com a publicação “Retratos da Sociedade Brasileira”, da Confederação Nacional da Indústria, a segurança pública permanece como item central da agenda dos maiores desafios do país. O tema foi citado por 38% dos entrevistados sobre os principais problemas do Brasil em 2017 e tem representado um investimento de 1,3% do PIB nacional nas políticas de segurança. O panorama em Palmitos apresenta uma média de 888 ocorrências policiais registradas nos últimos cinco anos. O município registrou, no mesmo período, 7 mortes por causa violenta.

Quadro 4 - Aspectos segurança pública

Aspectos segurança pública	2013	2014	2015	2016	2017
<i>Ocorrências policiais</i>	902	908	1.264	691	674
<i>Óbitos por causa violenta</i>	2	2	2	0	1

Fonte: Secretaria de Segurança Pública Santa Catarina

Educação

Seguindo com estatísticas que refletem o perfil social e de promoção de qualidade de vida dos municípios catarinenses, o tema abordado é a educação. Santa Catarina aparece como líder em dois dos seis indicadores presentes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2017, que engloba as redes pública e privada de ensino. Mas uma análise mais cuidadosa sobre o



conjunto de dados do Ideb, a principal ferramenta de análise do panorama educacional do país pelo Ministério da Educação, também demonstra que a política estadual de educação precisa trazer mais unidade aos resultados atingidos pelo estado nos diferentes estágios da formação básica.

É nesse contexto que vale a pena lançar um olhar sobre a realidade presente em cada cidade. Número de docentes O número de profissionais dedicados à atividade de ensino em Palmitos, se observarmos o quadro histórico do período entre 2013 e 2017, apresenta o maior número em 2014. A rede de estabelecimentos de ensino situada no município engloba, na média 197 professores.

Tabela 12 - Número de docentes no município

2013	2014	2015	2016	2017
200	207	203	183	191

Fonte: Ministério da Educação/INEP/Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina

Índice de Educação Básica (Ideb)

O índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado, em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria da política de ensino. Há definição de metas diferenciadas para cada escola e rede de ensino, mas objetivo do sistema de avaliação estabelecido com o Ideb é alcançar índices globais de 6 pontos até 2022, permitindo que o Brasil alcançar a média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos. O quadro abaixo traz o histórico de resultados alcançados pelos estudantes de Palmitos, indicando índices superiores a 6 pontos em 2013 e 2015.

Tabela 13 - Índice de Educação Básica no Município (Anos Iniciais e Finais)

	IDEB	Estadual	Municipal	Pública*
2007	INICIAL	4,9	4,1	4,5
	FINAL	4,3	3,7	4,1
2009	INICIAL	5,3	5,5	5,3
	FINAL	4,6	4,4	4,6
2011	INICIAL	5,9	5,7	5,8
	FINAL	5,2	4,3	4,7
2013	INICIAL	5,8	6,0	5,8
	FINAL	4,2	4,5	4,4
2015	INICIAL	6,6	6,1	6,4
	FINAL	5,6	5,0	5,5

Fonte: Ministério da Educação/INEP

*média dos índices verificados na rede municipal, estadual e federal (quando houver)



3.3 Atividades Econômicas

Nessa seção, apresentamos a análise do panorama econômico de Palmitos. Os dados a seguir trazem os mais recentes levantamentos oficiais dos principais indicadores econômicos, permitindo buscar um perfil histórico dos últimos anos. Produto Interno Bruto O Produto Interno Bruto expressa, em valores, a soma de todos os bens e serviços produzidos em determinado país ou região. É um indicativo macroeconômico que dimensiona o aquecimento e a atividade econômica presente naquele espaço geográfico, sendo trabalhado como termômetro do grau de desenvolvimento ali presente. Na série histórica que comporta o período entre 2011 e 2016, no município de Palmitos houve crescimento próximo a 29%.

Tabela 14 - Produto Interno Bruto (R\$ 1.000)

2011	2012	2013	2014	2015	2016	Crescimento % 2011-16	Colocação estadual	Colocação regional
420.119,37	482.453,41	547.051,55	511.738,56	501.812,03	541.548,99	28,9%	83º	4º

Fonte: IBGE/Secretaria de Estado de Planejamento de Santa Catarina

Produto Interno Bruto per capita

O Produto Bruto per capita representa a divisão do PIB resultante da atividade econômica registrada em determinada região pelo número total de habitantes ali abrigados. É uma medida que permite dimensionar o quanto a riqueza gerada em um país, estado ou município é potencialmente revertida à população. No quadro, está presente o PIB per capita de Palmitos entre 2011 e 2016, com crescimento de 27% no período.

Tabela 15 - PIB per capita (R\$)

2011	2012	2013	2014	2015	2016	Crescimento % 2011-16	Colocação estadual	Colocação regional
26.226,32	30.119,45	33.623,33	31.460,63	30.857,95	33.311,74	27,0%	91º	6º

Fonte: IBGE/Secretaria de Estado de Planejamento de Santa Catarina

Empresas e empregos, por porte

Os dados a seguir permitem dimensionar o cenário empresarial de Palmitos. Estão presentes a quantidade total de empresas do município, em 2016, bem como registrado seu porte e participação na geração de empregos. Palmitos tem 7 empresas de médio e grande porte, sendo a maioria dos empreendimentos locais categorizados como microempresas. Os pequenos negócios, apesar da menor quantidade, têm uma participação importante na taxa de empregabilidade do município.



Tabela 18 - EMPRESAS e EMPREGOS por porte (2016)

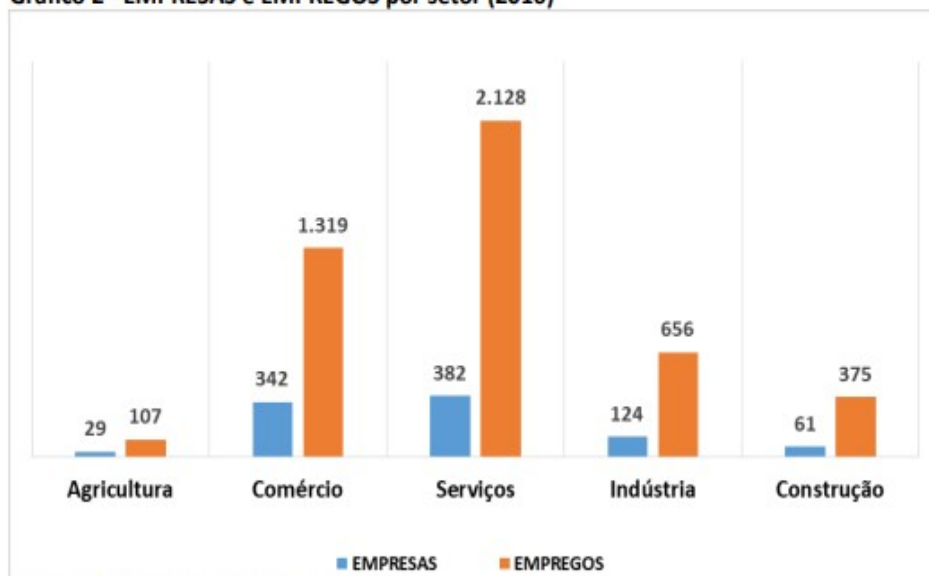
	EMPRESAS	%	EMPREGOS	%
<i>Micro</i>	892	95,1%	1.918	41,8%
<i>Pequena</i>	39	4,2%	1.063	23,2%
<i>Média</i>	4	0,4%	426	9,3%
<i>Grande</i>	3	0,3%	1.178	25,7%
TOTAL	938	100,0%	4.585	100,0%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS/ Portal do Empreendedor

Empresas e empregos, por setor

Seguindo o olhar sobre o panorama empresarial presente em Palmitos, o “Cadernos de Desenvolvimento” traça o quadro de empresas e empregos locais, por setor, com dados de 2016. O setor de Serviços engloba a maior quantidade de empreendimentos, sendo também o primeiro colocado em geração de empregos com 46,4% das vagas geradas. O comércio vem em segundo em ambas as situações.

Gráfico 2 - EMPRESAS e EMPREGOS por setor (2016)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS



empregos gerados, por segmento, no ano de 2016.

Tabela 20 – Atividades que mais empregam no município (2016)

Atividade	Nº de empregos	
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	1.346	25,9%
Administração pública em geral	550	10,6%
Comércio atacadista de animais vivos	233	4,5%
Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	183	3,5%
Cooperativas de crédito rural	133	2,6%
Incorporação de empreendimentos imobiliários	125	2,4%
Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação	124	2,4%
Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal	123	2,4%
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados	105	2,0%
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	89	1,7%
Demais atividades	2.192	42,1%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/RAIS

Receita corrente municipal, por origem Para a compreensão do quadro de receitas e investimentos públicos observado em Palmitos, o “Cadernos de Desenvolvimento” traz, como primeiro dado, um quadro de receita corrente total do município, apurada por origem. Entre 2013 e 2017 a Receita Patrimonial (159%) e as Receitas de Contribuição (66%) apresentaram significativa alta no total de arrecadação. Já as Transferências de Capital (58%) e as Outras Receitas Correntes (-38%) registraram evolução negativa. O crescimento relativo do total arrecadado de 2013 a 2017, último ano consolidado, foi de 17%.

Tabela 22 - Receita Corrente total do Município por rubrica - últimos 5 anos

	2013	2014	2015	2016	2017	2018 (4º bi)
Receita Tributária	3.279.499,42	3.456.408,71	3.649.995,61	4.191.429,79	4.225.177,39	3.546.351,45
Receitas de Contribuições	410.760,86	475.210,72	649.787,09	712.309,98	681.544,57	515.232,62
Receita Patrimonial	209.456,92	426.977,51	469.027,65	512.987,73	541.447,12	240.640,20
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	3.450,00	4.771,00	3,20	-	-	5.073,33
Transferências Correntes	25.505.376,59	27.285.018,40	27.505.386,74	31.022.878,46	32.703.544,31	23.372.893,82
Outras Receitas Correntes	1.207.294,16	432.430,77	682.754,01	611.244,96	744.647,10	270.036,20
Operações de Crédito	363.690,56	-	999.774,97	-	-	-
Alienação de Bens	138.700,00	-	65.065,50	101.800,00	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	3.448.498,62	2.913.070,06	4.072.186,52	6.746.253,60	1.463.069,43	1.240.156,20
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-
Total arrecadado	34.566.727,13	34.993.887,17	38.093.981,29	43.898.904,52	40.359.429,92	29.190.383,82

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

consumo por categoria

Potencial de

Para lançar um olhar ainda mais aprofundado com relação aos hábitos de compra e gastos de quem mora em Palmitos, a tabela a seguir apresenta as principais categorias de consumo, mapeados a partir da classificação por classe social. Chama a atenção que, apesar de os valores despendidos se diferenciarem bastante no perfil das diversas classes, tendo em vista o maior ou menor potencial de renda e compra, as categorias que lideram o investimento se mostram

similares. Os gastos com manutenção do lar, alimentação no domicílio e gastos com veículos situam-se dentre os mais significativos.

Tabela 26 - Despesas (R\$)

	A	B1	B2	C1	C2	D/E	TOTAL
Alimentação no domicílio	1.337.123,94	3.332.858,01	7.628.735,08	10.641.153,36	5.545.845,31	2.195.477,58	30.681.193,28
Alimentação fora do domicílio	920.035,29	2.090.865,25	3.459.379,20	3.176.239,14	1.447.559,62	627.944,39	11.722.022,89
Bebidas	174.087,14	522.502,62	988.887,27	1.295.186,95	752.277,43	284.416,07	4.017.357,48
Manutenção do lar	4.492.983,89	9.610.970,96	22.259.581,16	26.428.097,32	13.579.189,48	5.359.183,07	81.730.005,88
Artigos de limpeza	79.916,07	183.155,66	494.690,24	582.325,26	312.130,98	81.684,97	1.733.903,18
Mobiliários e artigos do lar	540.935,95	968.075,19	2.095.651,87	2.159.824,91	1.046.205,74	325.046,93	7.135.740,59
Eletrodomésticos e equipamentos	447.550,24	755.934,78	1.945.962,45	2.138.585,09	1.033.672,75	364.408,08	6.686.113,39
Vestuário confeccionado	689.981,62	1.296.387,74	2.849.277,68	3.247.038,56	1.372.063,32	484.325,57	9.939.074,49
Calçados	278.162,79	536.179,07	1.138.330,08	1.401.828,59	517.433,19	173.668,73	4.045.602,45
Outras despesas com vestuário	68.415,84	96.434,53	220.465,14	180.538,53	67.737,79	34.282,30	667.874,13
Transportes urbanos	141.907,51	338.103,64	791.849,63	1.270.849,65	804.796,60	300.499,11	3.648.006,14
Gastos com veículo próprio	1.137.146,34	2.821.933,75	6.527.889,00	6.038.305,83	2.361.870,63	902.767,07	19.789.912,62
Higiene e cuidados pessoais	304.604,52	768.367,92	1.546.708,47	1.908.486,96	833.741,82	299.511,56	5.661.421,25
Gastos com medicamentos	392.191,38	770.776,84	1.960.758,77	3.008.533,00	1.400.411,73	740.525,76	8.273.197,48
Outras despesas com saúde	786.460,20	1.199.564,68	1.544.242,41	1.742.993,31	863.582,26	360.740,02	6.497.582,88
Livros e material escolar	106.719,87	158.600,21	324.779,19	326.119,84	203.511,78	69.693,22	1.189.424,11
Matriculas e mensalidades	666.399,68	980.042,09	1.135.124,21	642.947,26	241.409,14	55.162,05	3.721.084,43
Despesas com recreação e cultura	402.790,65	774.506,78	1.508.731,25	1.439.883,28	628.141,21	214.863,92	4.968.917,09
Despesas com viagens	479.041,71	941.421,66	1.570.629,18	1.116.860,91	577.114,06	151.237,12	4.836.304,64
Fumo	33.222,75	171.965,84	348.699,90	541.615,59	480.431,04	214.299,60	1.790.234,72
Materiais de Construção	1.561.804,48	6.013.908,77	4.037.422,04	1.816.447,71	721.840,18	173.950,90	14.325.374,08
Outras despesas	6.752.841,94	10.701.124,02	18.655.691,27	14.084.217,83	5.795.311,37	2.107.161,88	58.096.348,31
Despesa total	21.794.323,80	45.033.680,01	83.033.485,49	85.188.078,88	40.586.277,43	15.520.849,90	291.156.695,51

Fonte: IPC – Maps

Turismo

Fontes de águas termais, trilhas, cachoeiras, banhos de rios, vista panorâmica do rio Uruguai, comidas e Vinhos Coloniais. Palmitos oferece tudo isso com uma ótima infraestrutura. Alguns pontos turísticos de Palmitos:

- Ilha Redonda
 - Gruta Nossa Senhora de Lurdes
 - Monumento à Nossa Senhora da Saúde
 - Rio Uruguai
 - Praça Carlos Culmey
 - Estádio Municipal Pércio Lucca
 - Parque de Exposição e Eventos Odacir Valdameri
 - Ginásio Municipal Sigisfredo Norberto Resener
 - Santuário Ecológico Nossa Senhora de Aparecida

3.4 Características Físicas

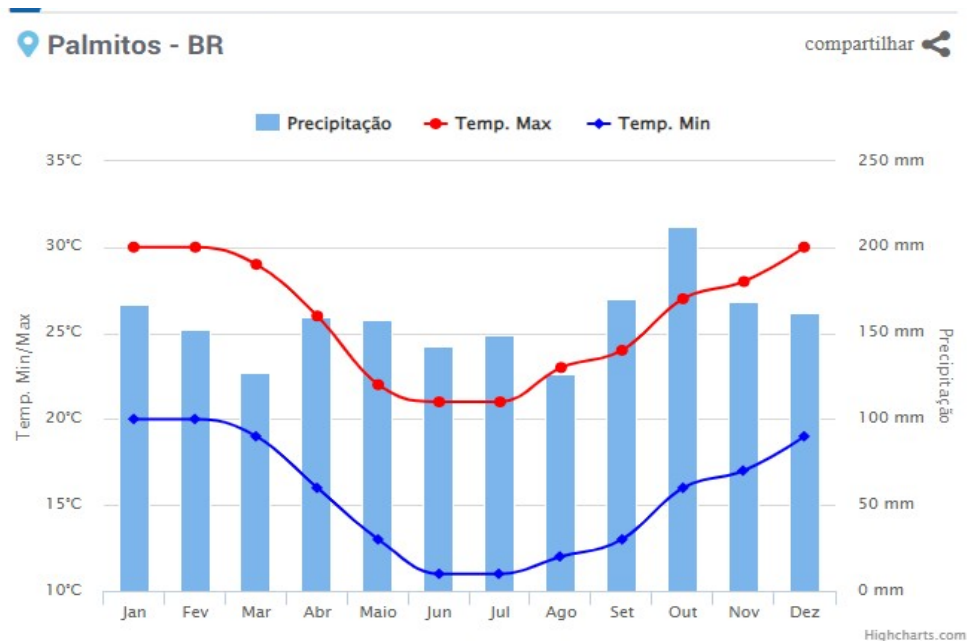


Localizada à margem da SC-283, na microrregião de Chapecó e na mesorregião do Oeste Catarinense, distancia-se 60 km de Chapecó e 634 km de Florianópolis. A população é de 16.050 habitantes. Integra, ao lado de Águas de Chapecó, Quilombo, São Carlos e Caibi, a conhecida “Rota das Termas”.

Palmitos é uma cidade que cresce com qualidade de vida, sem perder a simplicidade do interior Catarinense. Uma das pioneiras da região Oeste do estado, é conhecida pela tradição de seu povo, pelas fontes de águas termais, cachoeiras, trilhas ecológicas, vistas panorâmicas do rio Uruguai, matas nativas, comidas e vinhos coloniais. Palmitos oferece lazer, bem estar e diversão com uma excelente infraestrutura.

3.3.1 Clima

Os dados apresentados representam o comportamento da chuva e da temperatura ao longo do ano. As médias climatológicas são valores calculados a partir de um série de dados de 30 anos observados. É possível identificar as épocas mais chuvosas/secas e quentes/frias de uma região.

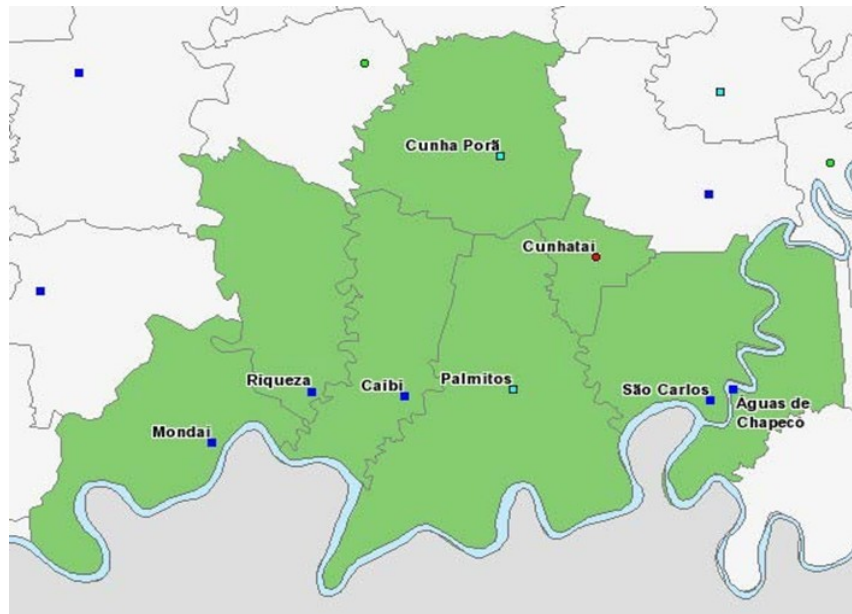


Mês	Mínima (°C)	Máxima (°C)	Precipitação (mm)
Janeiro	20°	30°	167
Fevereiro	20°	30°	152
Março	19°	29°	127
Abril	16°	26°	159
Maio	13°	22°	158
Junho	11°	21°	142
Julho	11°	21°	149
Agosto	12°	23°	126
Setembro	13°	24°	170
Outubro	16°	27°	212
Novembro	17°	28°	168
Dezembro	19°	30°	162

3.3.2 Pluviometria

A região oeste de Santa Catarina possui característica do clima diferenciado do restante do Estado, o que ocasiona precipitações com períodos de grande intensidade e também épocas do ano com ocorrência de estiagem.

CARACTERIZAÇÃO REGIONAL



Coube à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio do Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina - Instituto Cepa/SC -, o desenvolvimento do presente estudo, que visa à caracterização socioeconômica das regiões selecionadas, sem deixar de analisar as peculiaridades econômicas e culturais de cada um dos municípios que as integram.

O trabalho, efetuado simultaneamente ao processo de implementação das 29 regiões, é basicamente dividido em 05 partes.

A Caracterização do Território discrimina e caracteriza os municípios integrantes da região, fornecendo dados acerca de sua superfície, localização, aspectos climáticos, recursos hídricos, aspectos dos solos e estrutura fundiária. No item Infra-Estrutura, o estudo indica o consumo de energia elétrica da região (total e per cápita), bem como oferece dados sobre transporte, comunicação e saneamento da região. Com a Caracterização Econômica, oferecem-se dados importantes acerca da movimentação econômica, produção agropecuária, produção orgânica, turismo no espaço rural, produção industrial, atividades econômicas e emprego. Através da Caracterização Social, o levantamento oferece taxas e índices de desenvolvimento social, bem como dados relativos à demografia, renda, educação e saúde. Nesse item, inclui-se também o "Mapa da Fome", que fornece dados sobre a população excluída.

O estudo constitui importante retrato da sociedade catarinense e ferramenta indispensável à operacionalização de cada uma das secretarias regionais implementares. Em última análise, vigorosa fonte de dados para que se possa elevar o estado de Santa Catarina a um novo patamar de desenvolvimento.



CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO Municípios, Superfície e Localização – 2000

MUNICÍPIOS	SUPERFÍCIE (km ²)
Águas de Chapecó	138,9
Caibi	177,9
Cunha Porã	217,4
Cunhataí	55,2
Mondaí	215,1
Palmitos	347,2
Riqueza	191,3
São Carlos	157,9
REGIÃO	1.500,9
SANTA CATARINA	95.286,1

FONTE: IBGE.



Aspectos do Clima

TIPO CLIMÁTICO, TEMPERATURA, PRECIPITAÇÃO E UMIDADE RELATIVA

ÍTEM ANALISADO	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR REGISTRADO
Tipo climático (Koeppen)	Especificação	(Cfa) Subtropical (mesotérmico úmido, com verão quente)
Temperatura média anual	°C	18 - 19
Precipitação média anual	mm	1.700 a 1.900
Precipitação máxima em 24 horas	mm	160
Umidade relativa do ar (média)	%	78 a 80

FONTE: Epagri/Climerh – Atlas Climatológico do Estado de Santa Catarina.



Recursos Hídricos

CARACTERÍSTICAS DOS PRINCIPAIS CURSOS D'ÁGUA DA REGIÃO

CURSO D'ÁGUA	CUMPRIMENTO (km) ⁽¹⁾		ÁREA DE DRENAGEM (km ²) ⁽¹⁾	
	TOTAL	REGIÃO	TOTAL	REGIÃO
Uruguai	395	108	-	1.040
Chapecó	428	29	8.190	50
Iracema	96	56	400	198
Rio das Antas	209	45	2.800	822

FONTE: SDM – Diagnóstico das Bacias Hidrográficas de Santa Catarina.
(1) Dados aproximados.

MANANCIAS A SEREM PRESERVADOS PARA ABASTECIMENTO URBANO

MUNICÍPIOS	MANANCIAS		
	Denominação	Área da Bacia (km ²)	Vazão Mínima de Estiagem (l/s)
Águas de Chapecó	Rio Chapecó	13.500	21.280
Caibí/Palmitos	Rio São Domingos	168,70	108,53
Cunha Porã	Rio São Domingos	26,95	41,80
Mondaí	Rio Uruguai	-	-
Riqueza	Rio Iracema	400,00	226,13
São Carlos	Rio Chapecó	13.500	22.800

FONTE: SDM – Diagnóstico das Bacias Hidrográficas de Santa Catarina.

Aspectos dos Solos

RELEVO E SOLOS – USO ATUAL E RECOMENDADO – 2000

RELEVO E SOLOS	ÁREA ⁽¹⁾ (ha)	USO DOS SOLOS	
		Atual	Recomendado
34% solos de topografia suave ondulada e ondulada – Cambissolos (23.940 ha), Latossolos(14.445 ha), Argissolos (Terra Roxa Estruturada -12.550 ha)	50.935	Culturas anuais e perenes, pastagens	Culturas anuais e perenes
62,5% solos de alta declividade – Cambissolos (61.570 ha) e Argissolos (Terra Roxa Estruturada - 32.280 ha)	93.850	Culturas anuais e perenes, pastagens, reflorestamento	Culturas perenes, pastagens, reflorestamento e preservação permanente
3,5% outros solos, corpos de água e áreas urbanas	5.305	-	-
REGIÃO	150.090 ⁽²⁾	-	-

FONTE: Embrapa – Levantamento de Reconhecimento de Solo de Alta Intensidade de Santa Catarina – 2000.

⁽¹⁾ Dados arredondados.

⁽²⁾ A pequena diferença de área frente ao total do território é ocupada por estradas.

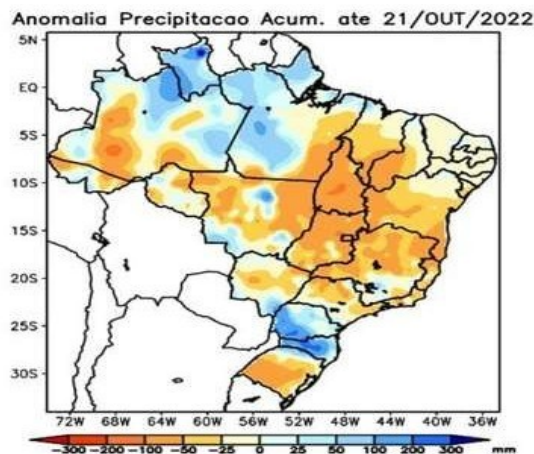
Estrutura Fundiária

ESTRUTURA FUNDIÁRIA – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR TAMANHO – 1975 E 1995

MUNICÍPIOS	MENOS DE 10 ha		10 A MENOS DE 20 ha		20 A MENOS DE 50 ha		50 A MENOS DE 100 ha		100 A MENOS DE 500 ha		500 OU MAIS ha		TOTAL DE ESTAB.	
Águas de Chapecó	510	430	270	287	179	128	17	20	5	6	-	-	981	889
Caibi	176	232	261	354	251	242	27	27	6	7	-	-	721	882
Cunha Porã	786	557	787	582	510	219	41	20	4	10	-	-	2.108	1.388
Cunhataí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mondaí	958	558	1.029	483	821	263	75	21	8	2	1	-	2.892	1.327
Palmitos	715	910	829	921	489	405	38	26	11	8	-	-	2.080	2.268
Riqueza	-	414	-	341	-	219	-	22	-	7	-	2	-	1.005
São Carlos	445	733	619	681	275	217	9	12	1	1	-	-	1.349	1.644
REGIÃO	3.570	3.834	3.795	3.629	2.525	1.691	205	148	35	39	1	2	10.131	9.343
SANTA CATARINA	69.921	72.462	55.203	60.051	58.035	49.865	14.693	12.120	7.338	7.314	1.315	1.535	206.505	203.347

Fonte: IBGE.

As imagens a seguir demonstram o grande volume de chuva ocorrido na região oeste de Santa Catarina no mês de outubro/2022. Principalmente no dia 11, onde foram registrados pontos de alagamento no município.

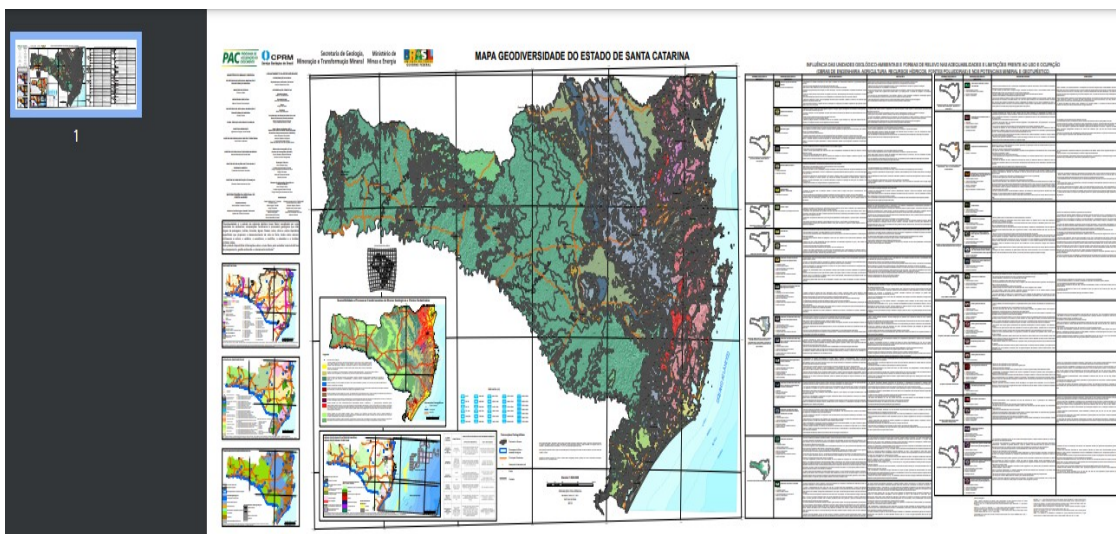


Figuras 02: Anomalia-Precipitação Acumulada. Fonte: CPTEC/INPE

Precipitacao Observada (mm) - 11/10/2022

3.3.3 Pedologia

Localizada à margem da SC-283, na microrregião de Chapecó e na mesorregião do Oeste Catarinense, distancia-se 60 km de Chapecó e 634 km de Florianópolis. A população é de 16.050 habitantes. Integra, ao lado de Águas de Chapecó, Quilombo, São Carlos e Caibi, a conhecida “Rota das Termas”. Esta é a rota para a diversão em família. Suas principais atrações estão concentradas na Ilha Redonda, às beiras do grandioso Rio Uruguai. Palmitos faz parte ainda da Amerios – Associação dos Municípios do Entre Rios e é sede da 29ª Secretaria de Desenvolvimento Regional de SC.



Mapeou-se seis setores de alto e muito alto risco no município de Palmitos (SC). Neste também estão adicionados bairros ou distritos e trechos de ruas ou avenidas pertencentes a cada setor e os movimentos de massa, feições erosivas ou eventos de inundações e enchentes identificados e/ou que podem ainda ocorrer em cada setor. As pranchas de cada um dos setores se encontram no apêndice I.

Quadro 4. Síntese dos setores de risco alto e muito alto.

BAIRRO ou DISTRITO	RUA ou AVENIDA	CÓDIGO DO SETOR	TIPOLOGIA
BAGATINI	SC 283, RUA BAHIA.	SR_01_CPRM	Deslizamento, quedas de blocos, erosão fluvial.
CENTRO	PÉRCIO LUCCA, FLORIANO PEIXOTO, THEODORO, PORTUGAL, MAURICIO BLANGER.	SR_01_CPRM	Movimentação de massa.
CENTRO	RUA INDEPENDÊNCIA, RUA PADRE ANCHIETA	SR_02_CPRM	Inundação
BAIRRO RESENER	RUA GUILHERME HAUTH,	SR_03_CPRM	Deslizamento Planar, rolamento de blocos



	GERTRUDE RESENER		
BAIRRO TANCREDO NEVES	RUA HUIMAITÁ, RUA RUA TIRADENTES, RUA TAMANDARÉ, RUA VIDAL DE NEGREIROS, RUA ATLÂNTICA, RUA IPANEMA, RUA GUADALAJARA.	SR_04_CPRM	Deslizamento planar do solo
BAIRRO AURORA	RUA HENRIQUE SEIBERT, RUA GUILHERME TRENPHOL, RUA LEOBERTO LEAL.	SR_05_CPRM	Deslizamento planar
ILHA REDONDA	AVENIDA FREDERICO JORGE LOGEMAN, RUA URUGUAI, RUA SÃO LUIZ, RUA OSÓRIO, RUA SETE DE SETEMBRO, AVENIDA DR PEDRO II, SANTO ANTONIO, AVENIDA SANTA CATARINA, RUA BOA VISTA, AVENIDA CHAPECÓ, RUA SÃO CARLOS, RUA BENTO GONÇALVES, RUA SANTA ROSA	SR_06_CPRM	Inundação



Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
Ministério de Minas e Energia

AÇÃO EMERGENCIAL PARA RECONHECIMENTO DE ÁREAS DE ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSAS E ENCHENTES



PALMITOS - SC
Agosto/2014

AÇÃO EMERGENCIAL PARA RECONHECIMENTO DE ÁREAS DE ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSAS E ENCHENTES

PALMITOS - SC
Agosto/2014



MAPA ÍNDICE DOS SETORES DE RISCO



— Delimitação do Setor de Risco

Quantidade de setores de risco: 6
Quantidade total de casas em risco: 288
Quantidade total de pessoas em risco: 1152

Sector 01: 35 casas - 144 pessoas
Sector 02: 10 casas - 40 pessoas
Sector 03: 02 casas - 08 pessoas
Sector 04: 40 casas - 200 pessoas
Sector 05: 40 casas - 160 pessoas
Sector 06: 125 casas - 540 pessoas

AÇÃO EMERGENCIAL PARA RECONHECIMENTO DE ÁREAS DE ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSAS E ENCHENTES



PALMITOS - SC
 Agosto/2014
 SC_PA_SR_01 CPRM
 Localização: Bairros Centro e Bagatini
 UTM 22 J 285173 E 7004695 N



1 Rachadura no muro de uma empresa.



2 Negro de acabamento e fendas no terreno.



3 Rachadura e fendas na rua e calçada.



4 Rachadura nas paredes de moradia.



5 Encrocamento de solo no parção inferior da encosta.

Descrição: Ocupação no topo e na base de talude de corte executado em encosta formada por rocha vulcânica, com solos coluvionares e depósitos de talus. Rompimento de talude em 26 de Junho de 2014 desencadeando sistema de fendas e diagonais de abatimento da ordem de 1 metro, afetando prédios comerciais, residenciais e vias de acesso. Surgência de água na base do talude. Casas interditadas pela defesa civil. Vulnerabilidade média, com vias pavimentadas, e sistema de drenagem pluvial mal dimensionado. Casas no topo do talude sujeitas a tombamento.

Tipologia: Rastejo
Risco: Alto

Quantidade de casas em risco: aprox. 36
Quantidade de pessoas em risco: aprox. 144

Sugestões de medidas:

- Implantação de drenagem na base do talude;
- Avaliação por profissional habilitado para definir a recuperação ou demolição das casas afetadas;
- Evacuação preventiva em caso de evento extremo;
- Adoção de políticas de controle de ocupação em encostas.

Legenda

- Delimitação do Setor de Risco
- Sentido do movimento de massa

EQUIPE TÉCNICA

Angela da Silva Bellefiori
 Marlon Hoebel
 Geólogos - Pesquisadores em Geociências

AÇÃO EMERGENCIAL PARA RECONHECIMENTO DE ÁREAS DE ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSAS E ENCHENTES



PALMITOS - SC
 Agosto/2014
 SC_PA_SR_02 CPRM
 Localização: Centro - Rua Independência
 UTM 22 J 285965 E 7003904 N



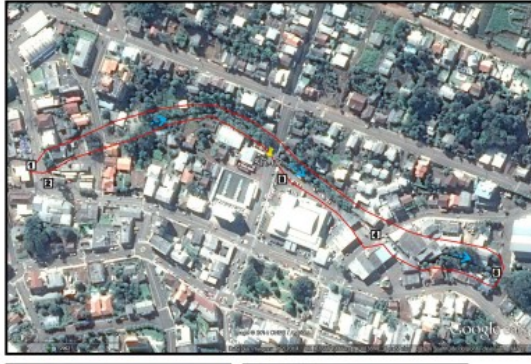
1 Alagado.



2 Tipo de ocupação.



3 Ocupação do tipo SP - Parque.



4 Tipo de ocupação.



5 Tipo de ocupação.

Descrição: Ocupação urbana ao longo de canal de drenagem parcialmente canalizado e retificado, com edificações sobre o leito. Presença de lançamento de águas servidas no córrego. Predomínio de moradias de alvenaria com vulnerabilidade baixa. Vias predominantemente pavimentadas com sistema de drenagem pluvial subdimensionado.

Tipologia: Inundação

Risco: Alto

Quantidade de casas em risco: aprox. 10
Quantidade de pessoas em risco: aprox. 40

Sugestões de medidas:

- Avaliação e redimensionamento da rede de drenagem pluvial do município, levando em conta o crescimento urbano;
- Evacuação preventiva em caso de inundação;
- Implantação de sistema de alerta para evacuação durante eventos de inundação.

Legenda

- Delimitação do Setor de Risco
- Sentido da drenagem

EQUIPE TÉCNICA

Angela da Silva Bellefiori
 Marlon Hoebel
 Geólogos - Pesquisadores em Geociências

AÇÃO EMERGENCIAL PARA RECONHECIMENTO DE ÁREAS DE ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSAS E ENCHENTES

PALMITOS - SC
Agosto/2014
 SC_PA_SR_04_CPRM
 Localização: Morro da Antena - B. Tancredo Neves
 UTM 22 J 285411 E 7003719 N

1
Tipo de ocupação no topo.

2
Tipo de ocupação no topo.

3
Tipo de ocupação no topo da encosta.

Descrição: Ocupação do tipo corte/aterro sobre solo colunar argilo-iltoso, provenientes de alteração de rocha vulcânica, em encosta com declividade alta. No topo da encosta predominam casas de madeira de vulnerabilidade alta, e na base, casas de alvenaria com vulnerabilidade baixa. Algumas vias sem pavimentação possibilitando o surgimento de sulcos de erosão.

Tipologia: Escorregamento planar/solo.

Risco: Alto

Quantidade de casas em risco: aprox. 45
Quantidade de pessoas em risco: aprox. 260

Sugestões de medidas:

- Evacuação preventiva em caso de evento extremo;
- Implantação de Políticas de controle ocupacional;
- Implantação de sistema de drenagem pluvial.

Legenda

— Delimitação do Setor de Risco
 → Sentido do movimento de massa

EQUIPE TÉCNICA
 Angela da Silva Bellefni
 Marlon Hoebel
 Geólogos - Pesquisadores em Geociências

AÇÃO EMERGENCIAL PARA RECONHECIMENTO DE ÁREAS DE ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSAS E ENCHENTES

PALMITOS - SC
Agosto/2014
 SC_PA_SR_05_CPRM
 Localização: Bairro Aurora
 UTM 22 J 284283 E 7003094 N

1
Tipo de ocupação com blocos de concreto na base do morro.

2
Tipo de ocupação.

3
Tipo de ocupação.

Descrição: Ocupação do tipo corte/aterro sobre solo colunar argilo-iltoso, provenientes de alteração de rocha vulcânica, em encosta com declividade alta. Risco secundário de rolamento de blocos. As casas são predominantemente de madeira de vulnerabilidade alta a média, mas há casas de alvenaria com vulnerabilidade baixa. Algumas vias sem pavimentação possibilitando o surgimento de sulcos de erosão.

Tipologia: Escorregamento planar.

Risco: Alto

Quantidade de casas em risco: aprox. 40
Quantidade de pessoas em risco: aprox. 160

Sugestões de medidas:

- Evacuação preventiva em caso de evento extremo;
- Implantação de Políticas de controle ocupacional;
- Implantação de sistema de drenagem pluvial.

Legenda

— Delimitação do Setor de Risco
 → Sentido da drenagem
 → Sentido do movimento de massa

EQUIPE TÉCNICA
 Angela da Silva Bellefni
 Marlon Hoebel
 Geólogos - Pesquisadores em Geociências



O Serviço Geológico do Brasil SGB/CPRM integra o Programa Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres do Governo Federal (PPA 2012- 2015), tendo como atribuição mapear áreas de risco geológico, classificadas como muito alto e alto, relacionadas, principalmente, com movimentos de massa e inundações. As informações levantadas pela CPRM são disponibilizadas



para o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN (MCTI) para subsidiar a emissão de avisos e alertas meteorológicos, e para o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – CENAD (MI), para a emissão de alertas para as Defesas Civas estaduais e municipais visando ações de prevenção e resposta frente aos desastres naturais.

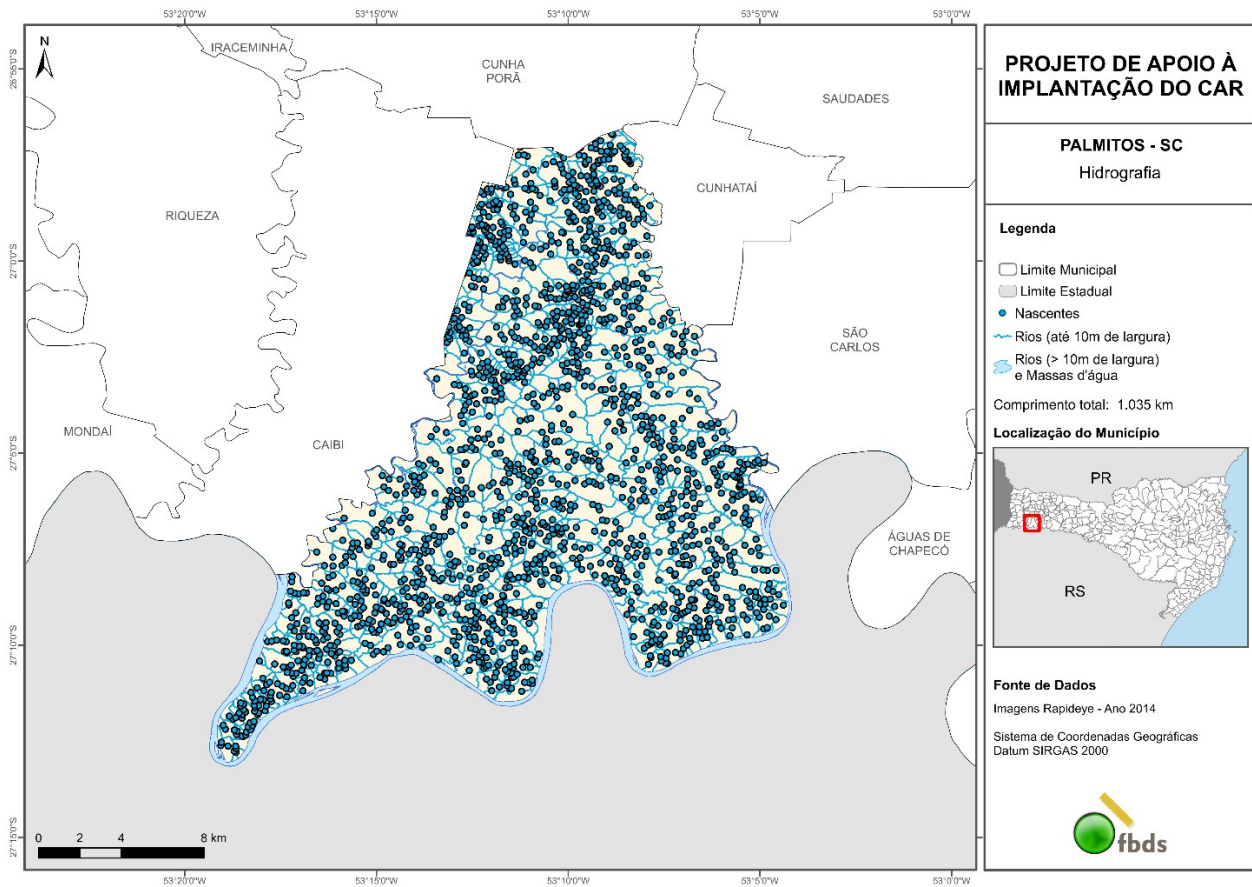
O Município de Palmitos foi setorizado pela equipe técnica da CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, no ano de 2014, onde foram identificados 6 setores de risco alto para processos deslizamentos, queda de blocos, inundação, alagação enxurrada e erosão de margem fluvial.

A setorização de riscos geológicos tem por finalidade a identificação, delimitação e caracterização de áreas habitadas que estejam submetidas ao risco alto ou muito alto de serem atingidas por processos de movimentos de massa ou inundações. Todo o acervo de dados são disponibilizados para órgãos e instituições do governo federal, estados e municípios que atuam na prevenção e monitoramento de eventos climáticos catastróficos visando contribuir para a redução dos danos e diminuição das perdas de vidas e materiais relacionadas aos desastres naturais.

3.4 Hidrografia

Palmitos é banhado pelos rio Uruguai, rio Barra Grande e rio São Domingos (fonte de água para a cidade). Há também um pequeno rio que corta a cidade com o nome de rio Palmitos.

Ocupações e cortes verticais nos morros e taludes íngremes formadas por solos gerados a partir dos basaltos da Formação Serra Geral, sujeitas a movimentos de massa do tipo deslizamentos, quedas de blocos e erosão fluvial.



3.5 Saúde

3.5.1 Análise das Linhas de Atenção à Saúde

O cuidado em saúde que é ofertado a população, sempre foi pensado com muito carinho, para que seja realizado da melhor forma possível sendo resolutiva e para que seja trabalhada pensando-se na prevenção da doença e manutenção da saúde.

A atenção básica fortalecida, juntamente com o desenvolvimento de práticas alternativas à atenção hospitalar e a racionalização da utilização das tecnologias médicas, é essencial à reorganização da prática assistencial e melhoria das ações e serviços prestados no SUS.

A seguir serão abordados aspectos da atenção básica, atenção ambulatorial especializada, atenção hospitalar e serviços de urgência e emergência.

3.5.2 Atenção Básica

A Atenção Básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, redução de danos



e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades.

É desenvolvida por meio do exercício de práticas de cuidado e gestão, democráticas e participativas, sob a forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios definidos, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações. Utiliza tecnologias de cuidados complexos e variadas que devem auxiliar no manejo das demandas e necessidades de saúde de maior frequência e relevância em seu território, observando critérios de risco, vulnerabilidade, resiliência e o imperativo ético de que toda demanda, necessidade de saúde ou sofrimento deve ser acolhida.

A Atenção Básica é desenvolvida com o mais alto grau de descentralização, trabalhando sempre próximo as pessoas, trabalhando com a vida como um todo em todas as suas fases. Deve ser o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde. Orienta - se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social. A Atenção Básica considera o sujeito em sua singularidade e inserção sociocultural, buscando produzir a atenção integral.

A Estratégia Saúde da Família, que através dos serviços de Atenção Básica, torna possível garantir resolutividade nos atendimentos, dos municípios da região, e com isso somente casos de maior complexidade necessitam de encaminhamento para outros centros de referência.

O Município de Palmitos possui cobertura de 100% da população pela Atenção Básica e Estratégia da saúde da Família (ESF). Possui implantadas e em funcionamento cinco Equipes de Saúde da Família (ESF) compostas pela equipe mínima, com trinta e dois Agentes Comunitárias de Saúde (ACS). Possui também três equipes de Saúde Bucal com três Odontólogos e duas auxiliares em Saúde Bucal e Centro de especialidade Odontológicas (CEO), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) tipo I e SAMU 192 ambulância básica com motorista e Técnico de Enfermagem.

3.5.3 Cobertura Vacinal

O município de Palmitos, possui uma ampla cobertura vacinal e sempre trabalha obedecendo a sequência vacinal do ministério da saúde. Aqui no município,



atualmente uma equipe de saúde composta por uma técnica de enfermagem e uma enfermeira.

Palmitos, assim como os demais municípios da região, enfrenta dificuldades no acesso à média e alta complexidade, devido a não possuir especialistas que atendam na cidade, via consorcio ou sistema único de saúde.

Mesmo com essa falta de atendimento especializado na cidade , os pacientes, são encaminhados para município próximos, onde o município fecha pactuação para atendimento, para a realização de exames ou consultas com especialistas, e quando não é possível ocorrer esse atendimento em uma cidade próxima, os pacientes são encaminhados a Florianópolis ou outras cidades a qual seja encaminhado pelo estado para a realização de cirurgias, onde é disponibilizado motorista e carro do município para a realização do traslado dos pacientes, garantindo sempre sua segurança.

Os Consórcios Intermunicipais de Saúde tem sido uma excelente alternativa para garantir a integralidade da assistência em todos os níveis de atenção. A Média e Alta Complexidade (MAC) ambulatorial é um dos nós críticos para implementação do SUS, e os municípios, em especial os de pequeno porte, que é o caso de Palmitos, cada vez mais usam esse expediente para garantir o acesso a todos os serviços à população usuária do SUS. O Consórcio Intermunicipal de Saúde AMERIOS – Associação dos Municípios do Entre Rios do qual o município faz parte, é um dos mais antigos do estado e com ampla oferta de serviços, é a alternativa viável para que a população possa ver assegurada da integralidade da assistência.

3.5.4 Atenção Hospitalar

O Município de Palmitos possui estabelecimento hospitalar no seu território. Os pacientes que necessitam de internação hospitalar são encaminhados para o HRP – Hospital Regional de Palmitos, que oferece atendimento de plantão hospitalar médico 24 horas por dia presencial, a maioria das internações são de nível básico e média complexidade.

A principal referência em Alta Complexidade é o Hospital Regional de Chapecó, que atende também na média complexidade e está a cerca de 65 km de distância. A referência em Cardiologia é o Hospital São Paulo de Xanxerê distante cerca de 103,5 km. Já para tratamento de dependência química e transtornos mentais a referência é o Hospital Regional de Palmitos.

Para casos de alta complexidade que não estejam referenciados para os



Hospitais da Região, temos referência para Florianópolis e Joinville.

3.5.5 Serviços de Urgência e Emergência

O Ministério da Saúde delineou uma nova proposta de organização dos serviços de urgência e emergência em saúde no Brasil. Trata-se da construção de uma rede assistencial hierarquizada, considerando a atenção pré-hospitalar fixa e móvel, a atenção hospitalar e a atenção pós-hospitalar e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

O SAMU foi criado tendo como objetivo prestar socorro à população em casos de urgências ou emergências 24 horas, diminuindo o número de óbitos, o tempo de internação em hospitais e as sequelas decorrentes da falta de socorro precoce.

O projeto institui o componente pré-hospitalar móvel, em municípios e regiões de todo o território brasileiro. O serviço deve ser organizado e gerenciado pelo município, mas várias cidades poderão organizar um serviço de amplitude regional, cuja Central de Regulação Médica de Urgências será coordenada pela Secretaria Estadual da Saúde, de forma a diminuir custos e qualificar a estrutura do atendimento às urgências nos municípios integrados.

O Município de Palmitos é atendido nos casos de urgência e emergência pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, com sede no próprio município (USB) e a UTI Móvel na cidade de Chapecó. Os serviços de urgência e emergência hospitalares, são prestados pelo HRP – Hospital Regional de Palmitos de atendimento 24 horas com atendimento médico presencial.

3.5.6 Gestão e Planejamento do Sistema Único de Saúde

O processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde configura-se como responsabilidade dos entes públicos, desenvolvido de forma contínua, articulada, integrada e solidária entre as três esferas de governo, de modo a conferir direcionalidade à gestão pública da saúde, definindo diretrizes, objetivos e metas a serem alcançadas mediante ações e serviços programados pelos entes federados e desta forma contribuindo para melhoria da qualidade do SUS e impactando na condição de saúde da população brasileira.

A Lei 8080/90 e sua regulamentação, instituída no Decreto 7.508/2011, estabelecem que o planejamento da saúde deva ser ascendente e integrado, ou seja, do nível local ao federal, ouvidos os respectivos Conselhos de Saúde.

O Decreto 7.508/2011, diz que o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e serviços de saúde se inicia pelas Portas de Entrada do SUS e se completa



na rede regionalizada e hierarquizada, de acordo com a complexidade do serviço, sendo o mesmo ordenado pela atenção primária e fundado na avaliação da gravidade do risco individual e coletivo.

3.6 Assistência Social

O Setor de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Palmitos está localizada em anexo ao CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), na Rua Gertrudes Ressner, Bairro Ressner, Palmitos, a responsável é a Sra. Anaclete Sechi. Os programas e projetos desenvolvidos no Setor de Assistência Social de Palmitos, são:

- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- PAIF - Programa de Atendimento Integral às Famílias
- Programa Família Acolhedora.
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
- Proteção Especial de Média e Alta Complexidade.
- Realização e Atualização de Cadastros Familiares para Serviços Sócio assistenciais.
- Programa de Transferência de Renda Bolsa Família.
- Habitação.

3.7 Segurança

O Município conta com a Polícia Militar do estado de Santa Catarina Grupamento de Palmitos 4ºCRPM/2ºBPM/3ªCia/3ºPel - 3º Pelotão. O responsável Comandante PM Marcio Stahlhofer. Contato: (49) 3462-4088.

A Polícia Civil: DPMU de Palmitos, atende ao público de segunda a sexta-feira no período da tarde das 08:00 às 18:00. Responsável: Delegado João Miotto Contato: (49) 99159-3345.

3.8 Obras

A Secretaria de Obras do Município de Palmitos está localizada na Rua . O responsável pelo setor é o Secretário Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos, Sr. Roque Gozatti, Telefone: (49) . No Anexo I, consta a lista com os equipamentos e máquinas que a Secretaria possui a disposição para atender à população de Palmitos para manutenção e obras.



4. HISTÓRICO DE DESASTRES NATURAIS E ANTROPOGÊNICOS

XX. Desastres Naturais e Antropogênicos ocorridos nos últimos dez anos.

ANO	CLASSIFICAÇÃO DO DESASTRE	BREVE RELATO
2014		
2020	1.4.1.1.0 – Estiagem: Período de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior a sua reposição.	Hidrológico
2020		
2021		
2015	1.2.2.0.0 Enxurradas: Escoamento superficial da alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.	Hidrológico
2015	1.3.2.1.5 - Tempestade local / Convectiva - Vendaval: Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região.	Meteorológico
2017		
2020		
2020	Doenças infecciosas virais (COVID 19)	Biológico
2021		
2022		
2022	Doenças infecciosas virais (COVID 19)	Biológico
2021	Estiagem	Meteorológico
2022		
2023	Chuvas intensas	Meteorológico

5. GESTÃO DE RISCO EM DESASTRES

O setor saúde participa de todas as etapas da gestão de risco de desastres. Para desenvolver as atividades da gestão de risco, foi criado pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Vigilância em Saúde e Ambiente, o programa VIGIDESASTRES que tem como objetivo o desenvolvimento de um conjunto de ações, de forma contínua, pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde, reduzir doenças e agravos secundários à exposição e reduzir os danos à infraestrutura de saúde.



Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres

Etapa	Fase	Objetivo
Redução Elementos da Gestão de risco para evitar ou limitar o impacto adverso de ameaças.	Prevenção	Atividades para evitar o evento ou para impedir a emergência.
	Mitigação	Medidas para limitar o impacto adverso.
	Preparação	Medidas para identificar e reduzir as vulnerabilidades e os riscos
Manejo Ações que devem ser provenientes do sinal de alerta, intensificação das atividades de rotina e execução de ações necessárias.	Alerta	Divulgação sobre a proximidade de uma emergência ou desastres e sobre ações que instituições e a população devem realizar para minimizar os efeitos ao risco.
	Resposta	Atividades para gerir os efeitos de um evento.



Recuperação Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a reconstrução.	Reabilitação	Período de transição que se inicia ao final da resposta em se restabelecem, de forma transitória, os serviços básicos indispensáveis.
	Reconstrução	Nova infraestrutura física, com para medidas redução das vulnerabilidades e riscos.

Fonte: CGVAM/DSAST/SVS/MS

5.1 Classificação do desastre de acordo com o COBRADE

Desastre	Código COBRADE
Estiagem: Período de baixa ou nenhuma pluviosidade, em que a perda de umidade do solo é superior a sua reposição.	1.4.1.1.0
1.2.2.0.0 – Enxurradas: Escoamento superficial da alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo.	1.2.2.0.0
Tempestade local/Convectiva - Granizo: Precipitação de pedaços irregulares de gelo.	1.3.2.1.3
Tempestade local/Convectiva - Vendaval: Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região.	1.3.2.1.5
Doenças infecciosas virais – Aumento brusco, significativo e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.	1.5.1.1.0

5.2 Atuação de Gestão do Risco

5.2.1 Ocorrência de Estiagem

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/ Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis, como EPAGRI e Defesa	Equipes das secretarias de Saúde e Agricultura



	Civil.	
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual via e- mail e WhatsApp.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de estiagem na região.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura.



Preparação	Manter um ponto de referência e telefone de contato para a população solicitar ajuda.	Adm. Municipal, Defesa Civil e Secretaria de Saúde.
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/ Responsáveis
ESPIL (Emergência de Saúde Pública de Nível Local)	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
	Articulação intersetorial	Secretarias de Saúde e Defesa Civil.
Recuperação	Ações	Coordenadores/ Responsáveis
Reabilitação	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde.	Secretaria da Saúde, através das Agentes Comunitárias de Saúde e Endemias.
	Organizar a Unidade Básica de Saúde para atender aos munícipes que procurem atendimento.	Secretaria da Saúde.
	Providenciar Caminhão Pipa (com Alvará Sanitário) para distribuição de água potável às famílias atingidas.	Secretarias da Saúde, (VISA), Agricultura e Obras.
Reconstrução	Providenciar perfuração de poços artesianos no município.	Adm. Municipal, secretárias de Agricultura e Obras.
	Solicitar o aumento da capacidade de distribuição de água pela CASAN.	Secretaria de Administração.
	Incentivar a instalação de cisternas para armazenar água nas propriedades, adequadas conforme orientação (Endemias)	Administração Municipal, Secretaria da Agricultura e Obras, Endemias



5.2.2 Ocorrência de GRANIZO

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/ Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis, como EPAGRI e Defesa Civil. Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de E-mail e WhatsApp.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura e Obras, Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE.
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de tempestade com granizo na região.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura Municipal.
Preparação	Organizar espaços físicos (abrigo) adequados para receber famílias que tenham suas residências atingidas.	Administração Municipal, Secretária de Saúde, (VISA) Assistência Social e Defesa Civil
	Manter um ponto de referência e telefone de contato para a população solicitar ajuda.	Administração Municipal, Secretaria de Saúde e Defesa Civil do município.
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL (Emergência de Saúde Pública de Nível Local)	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária e Ambiental. . Ponto focal do VIGIDESASTRE
	Articulação intersetorial	Secretarias de Saúde, Defesa Civil.
	Solicitar o Kit de medicamentos	



	e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC (Nota Técnica Conjunta nº06/2022).	Secretaria de Saúde.
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Apurar o número de famílias atingidas e que necessitem de auxílio.	Departamento de Assistência Social
	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde e distribuição de	Secretaria de Saúde e Assistência Social, através das Agentes Comunitárias de Saúde, Endemias e Vigilância Sanitária
	Hipoclorito de sódio 2,5% para tratamento da água.	
	Organizar a Unidade Básica de Saúde para atender aos munícipes que procurem atendimento.	Secretaria de Saúde e Assistência Social
Reconstrução	Disponibilizar auxílio na recuperação das propriedades atingidas.	Administração Municipal, Secretaria de Obras e Defesa Civil.

5.2.3 Ocorrência de ENXURRADAS

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis, como EPAGRI e Defesa Civil.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura



Prevenção	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de E-mail e WhatsApp.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de chuvas intensas na região, com possíveis elevação dos níveis de água.	Equipes das Secretarias de Saúde e Agricultura, juntamente com o setor de comunicação da Prefeitura.
Preparação	Organizar espaços físicos (abrigos) adequados para receber famílias que tenham suas residências atingidas.	Administração Municipal, Secretaria de Saúde e Assistência Social.
	Manter um ponto de referência e telefone de contato para a população solicitar ajuda.	Administração Municipal, Assessoria de imprensa Defesa Civil, Secretaria de Saúde e Assistência Social.
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL (Emergência de Saúde Pública de Nível Local)	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
	Articulação intersetorial	Defesa Civil e Secretaria de Saúde e Assistência Social.
	Solicitar o Kit de medicamentos e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC (Nota Técnica Conjunta nº 06/2022).	Secretaria de Saúde e Assistência Social.
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis



Reabilitação	Apurar o número de famílias atingidas e que necessitem de auxílio	Departamento de Assistência Social, Defesa Civil, Agente de Saúde.
	Remoção dos munícipes que se encontrem em áreas de risco ou isoladas.	Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e Obras
	Realocação das famílias que tiveram as residências atingidas.	Secretaria de Saúde e Assistência Social. Administração Municipal e Obras
	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde e distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% para o tratamento da água potável, e eliminação de possíveis depósitos de água nos terrenos.	Secretaria de Saúde e Assistência Social, através das Agentes Comunitárias de Saúde, Agente de Endemias e Vigilância Sanitária.
	Disponibilizar água potável as famílias que tiveram pocos e redes de distribuição de água atingidas independente de decreto de emergência de saúde pública	Administração pública, defesa civil, Secretaria de obras e agricultura,
	Organizar a Unidade Básica de Saúde para atender aos munícipes que procurem atendimento.	Secretaria de Saúde
Reconstrução	Disponibilizar auxílio na recuperação das propriedades atingidas.	Administração Municipal, Secretaria de Obras e Defesa Civil.



5.2.4 Ocorrência de VENDAVAL

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis, como EPAGRI e Defesa Civil.	Administração Pública, Assessoria de imprensa Equipes da Secretarias de Saúde e Agricultura
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de E-mail e WhatsApp	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
Mitigação	Divulgar alertas à população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência de tempestade e ventos na região.	Administração Pública, Assessoria de imprensa, Defesa Civil, Secretaria de Agricultura, EPAGRI Vigilância Sanitária,
Preparação	Organizar espaços físicos (abrigos) adequados para receber famílias que tenham suas residências atingidas.	Administração Municipal, Secretaria de Saúde e Assistência Social, Vigilância Sanitária.
	Manter um ponto de referência e telefone de contato para a população solicitar ajuda.	Secretaria de Saúde e Assistência Social, Administração Municipal e Defesa Civil.
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL (Emergência de Saúde Pública de Nível Local)	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
	Articulação intersetorial	Defesa Civil, Secretaria de Saúde e Assistência Social.
	Solicitar o Kit de medicamentos	



	e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC (Nota Técnica Conjunta nº06/2022).	Secretaria de Saúde
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Apurar o número de famílias atingidas e que necessitem de auxílio	Departamento de Assistência Social, Defesa Civil.
	Remoção dos munícipes que se encontrem em áreas de risco ou isoladas.	Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e Obras
	Realocação das famílias que tiveram suas residências atingidas e danificadas.	Secretaria de Saúde e Assistência Social, Obras. Administração Municipal
	Realizar visitas domiciliares às famílias atingidas para orientação sobre os cuidados com a saúde e distribuição de hipoclorito de sódio 2,5% para o tratamento da água potável. e eliminação de possíveis depósitos de água nos terrenos.	Secretaria de Saúde e Assistência Social, através das Agentes Comunitárias de Saúde, Agente de Endemias e Vigilância Sanitária.
	Organizar a Unidade Básica de Saúde para atender aos munícipes que procurem atendimento.	Secretaria de Saúde e Assistência Social
Reconstrução	Disponibilizar auxílio na recuperação das propriedades atingidas.	Administração Municipal, Secretaria de Obras e Defesa Civil.

5.2.5 Ocorrência de DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIS



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/ Responsáveis
Prevenção	Desenvolvimento de atividades educativas continuadas sobre os cuidados relacionados à prevenção.	Secretaria de Saúde e Assistência Social, em conjunto com a Secretaria de Educação.
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de E-mail e WhatsApp.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência no aumento de casos de doenças infecciosas virais.	Administração Pública (Assessor de imprensa) Equipes da Secretaria de Saúde.
Preparação	Adequar a Unidade de Saúde para atender a demanda relacionada a esse evento adverso.	Secretaria de Saúde
	Disponibilizar medicamentos e insumos necessários, e profissionais capacitados para atender a demanda.	Secretaria de Saúde. Administração Municipal.
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL (Emergência de Saúde Pública de Nível Local)	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE
	Criação da Sala de Situação	Secretaria de Saúde, Administração Pública.
	Solicitar o Kit de medicamentos	



	e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC (Nota Técnica Conjunta nº06/2022).	Secretaria de Saúde e Assistência Social.
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Averiguar os munícipes que foram expostos e que necessitem de atendimento.	Secretaria de Saúde e Assistência Social, Agentes de Saúde
	Detectar quais os agravos com maior incidência e realizar o manejo específico.	Secretaria de Saúde (epidemiologia)
	Readequar os horários de atendimento e escala de trabalho dos profissionais para suprir a demanda.	Secretaria de Saúde
	Realizar visitas domiciliares e monitoramento da população para orientar sobre os cuidados com a saúde em relação aos sintomas e possíveis agravos.	Secretaria de Saúde, através das Agentes Comunitárias de Saúde e Agente de Endemias.

5.2.6 Ocorrência de EPIDEMIA DE DENGUE

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Desenvolvimento de atividades educativas continuadas sobre os cuidados relacionados à prevenção e eliminação dos focos do mosquito	Secretaria de Saúde (Endemias), Assistência Social, em conjunto com a Secretaria de Educação.
	realização de pesquisa larvária com tratamento focal e/ou residual; visita domiciliar;	



	atividades de educação e comunicação, com vistas à prevenção e controle da dengue pela população; articulação com órgãos municipais de limpeza urbana, tendo em vista a melhoria da coleta e a destinação adequada de resíduos sólidos.	Fiscal da Vigilância Sanitária. Ponto focal do VIGIDESASTRE e Secretaria de Saúde (Endemias).
Mitigação	Alertar a população através das redes sociais, rádio e demais meios de comunicação, sobre a probabilidade de ocorrência no aumento de casos de dengue.	Administração Pública (Assessor de imprensa) Equipes da Secretaria de Saúde, Endemias.
Preparação	Adequar a Unidade de Saúde para atender a demanda relacionada ao esse evento adverso.	Secretaria de Saúde
	Disponibilizar medicamentos e insumos necessários, e profissionais capacitados para atender a demanda. Sala de hidratação;	Secretaria de Saúde. Administração Municipal.
Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis



ESPIL (Emergência de Saúde Pública de Nível Local)	Resposta às Comunicações de ESP enviadas pelo VIGIDESASTRES Estadual.	Fiscal da Vigilância Sanitária e Ambiental. Ponto focal do VIGIDESASTRE
	Criação da Sala de Situação	Administração Pública, Secretaria de Saúde e Assistência Social.
	Solicitar o Kit de medicamentos e insumos junto ao VIGIDESASTRES/SC (Nota Técnica Conjunta nº06/2022).	Secretaria de Saúde
Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	Averiguar os municípios que foram expostos e que necessitem de atendimento.	Secretaria de Saúde, Assistência Social, Agente de Saúde.
	Detectar quais os agravos com maior incidência e realizar o manejo específico.	Secretaria de Saúde (Epidemiologia)
	Readequar os horários de atendimento e escala de trabalho dos profissionais para suprir a demanda.	Administração Pública (RH) Secretaria de Saúde e Assistência Social
	Realizar visitas domiciliares e monitoramento da população para orientar sobre os cuidados com a saúde em relação aos sintomas e possíveis agravos. realização do bloqueio da transmissão, quando	Secretaria de Saúde, através das Agentes Comunitárias de Saúde e Agente de Endemias.



	necessário.	
--	-------------	--



6. ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA

6.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

O COES é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS, sendo constituído por profissionais das Coordenações- Gerais e Áreas Técnicas da Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, bem como gestores de outras instituições envolvidas na resposta (Anexo II, por exemplo) e com competência para atuar na tipologia de emergência identificada. A sua estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública. O município, em caso de necessidade de ativação do COES entrará em contato com Secretaria de Estado da Saúde, sendo o Secretário de Estado da Saúde o responsável pela ativação do COES (Portaria SES nº 614 e 615 de 2021), com base no parecer técnico conjunto emitido em sala de situação, definindo o nível da emergência (ESPIL,ESPIE, ESPIN,ESP II).

6.2 Sala de Situação

Na ocorrência de um evento será formado um comitê interno composto por representantes da Secretaria Municipal de Saúde (item 6.1). Os representantes terão as atribuições de acionar os coordenadores responsáveis pelos setores da Secretaria de Saúde para composição da Sala de Situação, coordenar as ações assistenciais e/ou preventivas no âmbito do município e contatar as organizações vinculadas à assistência à saúde.

Representantes da Secretária Municipal de Saúde	Telefone	E-mail
Juarez Rossini	(49) 991586515	saude@palmitos.sc.gov.br
Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental	(49) 36479600	vigilanciasanitaria@palmitos.sc.gov.br



Dinéia Cristiane de Aguiar	(49) 991355179	dicrisol@yahoo.com.br
----------------------------	-------------------	-----------------------

7. INFORMAÇÕES À POPULAÇÃO

O Município de Palmitos possui diversos meios de comunicação disponíveis para alertar a população sobre os riscos caso venha ocorrer algum tipo de evento adverso. Com o intuito de informar a população, atualmente são utilizados:

- 🕒 O site oficial da prefeitura municipal: <https://palmitos.sc.gov.br/>
- 🕒 Página oficial no Facebook: <https://www.facebook.com/governodepalmitos>
- 🕒 Perfil oficial do município no Instagram: @prefpalmitos
- programa Informativo oficial da Prefeitura Municipal na Rádio Entre Rios, 105,5 FM exibido de segunda à sexta no horário das 12:30 às 12:50, quando necessário;
- Comunicados através dos grupos de WhatsApp;
- Orientações aos munícipes através das visitas domiciliares das Agentes Comunitária de Saúde e dos Agentes de Endemia.

8. CAPACITAÇÕES

As capacitações serão realizadas pelos profissionais técnicos da Secretária de Saúde do município, que atuam na área e possuem o conhecimento dos procedimentos necessários para a prevenção, mitigação e recuperação aos desastres.

9. REFERÊNCIAS

SACE, Sistema de Alerta de Eventos Críticos. SGB, Serviço Geológico do Brasil. Ministério de Minas e Energia. **Bacia do Rio Uruguai - Características**. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/sace/index_bacias_monitoradas.php?getbacia=buruguai#. Acesso em: 25 outubro 2023.

S2ID, Sistema Integrado de Informações Sobre Desastres. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Série Histórica**. Disponível em: <https://s2id.mi.gov.br/paginas/series/>. Acesso em: 14 outubro de 2023.

INPE Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. CPTEC, Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos. **Monitoramento Brasil. Precipitação Observada**. Disponível em: <http://clima1.cptec.inpe.br/monitoramentobrasil/pt>. Acesso em:



INMET. Instituto Nacional de Meteorologia. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Dados Históricos Anuais**. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/dados-historicos>. Acesso em: 18 outubro de 2023.

Prefeitura Municipal de Palmitos. **História e colonização de Palmitos, SC**. Disponível em: <https://palmitos.sc.gov.br/> . Acesso em: 23 de outubro de 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. **Índice de desenvolvimento humano**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

SEBRAE. **Caderno de Desenvolvimento de Santa Catarina – Palmitos**. Editora SEBRAE 2019.

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – SDR PALMITOS. **EPAGRI, maio 2003**. Disponível em: https://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepapublicacoes/diagnostico/PALMITOS.pdf. Acessado em: 03/11/2022.

MONTEIRO, Mauricio Amantino. **Caracterização climática do estado de Santa Catarina: uma abordagem dos principais sistemas atmosféricos que atuam durante o ano**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/>. Acesso em: 19 outubro 2023.

CLIMATEMPO. **Climatologia e histórico de previsão do tempo em Palmitos, BR**. Disponível em: <https://www.climatempo.com.br/climatologia/4597/palmitos-sc>. Acesso em: 02 de novembro de 2023.



Anexo I

Lista de equipamentos e máquinas que estão disponíveis no parque de máquinas da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos do município de Palmitos. Localizados na sede da secretaria.

Equipamentos / Máquinas	Quantidade
Caminhão caçamba	12
Retro Escavadeira	4
Escavadeira Hidráulica	3
Caminhão Pipa	1
Trator de esteira	2
Caminhão Plataforma	1
Trator de Pneu	2
Distribuidor de água	2
Moto-niveladora	3



Anexo II

Contatos interinstitucionais

Instituições	Nome	Contato
Saúde / Secretário	Juarez Rossini	(49) 991586515
Saúde / Enfermeira	Dinéia Cristiane de Aguiar	(49) 991355179
Saúde / Vigilância Sanitária	Juliane Lorini Azevedo	(49) 3647-9600
Saúde / Ag. de Endemias	Josiane de Brito Graebin	(49) 99722714
Agricultura / Secretário	Geraldo Henrique Walhbrink	(49) 998023375
Defesa Civil	Ricardo Einloft	(49) 991393080
Setor de Assistência Social	Anacleto Secchi	(49) 991012194
Epagri	Ruan Mateus Benvenuto	(49) 991113509
Administração Municipal	Rodrigo Timm	(49) 988127811
Polícia Militar	Marcio Stahlhofer	(49) 988110191



Anexo III

Dados acumulados e normais climatológicas de precipitação (mm) e porcentagem em relação à média mensal registrados na Estação Meteorológica automáticas de Chapecó-Foz do Chapecó Energia e Chapecó-INMET, localizadas em Chapecó/SC, que fica distante aproximadamente 64 km de Palmitos/SC, nos períodos de 01/12/2016 a 31/12/2019 e 01/01/2020.

Tabela 1 – Acumulados e normais climatológicas de precipitação (mm), e porcentagem em relação à média do mês – **Chapecó/SC**. Fonte: Foz do Chapecó Energia

R.Climática	Oeste	Normal Climatológica Chapecó INMET 1961-1990	Porcentagem de precipitação (%) (em relação à média mensal histórica)
Estação	1037-Chapecó - Foz do Chapecó Energia		
Município	Chapecó/SC		
Latitude (Graus,Dec)	-27,09		
Longitude (Graus,Dec)	-52,64		
Altitude (m)	687		
Proprietário	Foz do Chapecó Energia S.A.	Precipitação (mm)	
Variável	Precipitação 1 hora (mm)	Acumulado	
Mês Ano			
DEZ 2016	194,40	173,30	112,18%
JAN 2017	155,60	149,10	104,36%
FEV 2017	165,80	177,20	93,57%
MAR 2017	100,80	143,50	70,24%
ABR 2017	155,80	114,20	136,43%
MAI 2017	444,80	136,20	326,58%
JUN 2017	159,40	122,20	130,44%
JUL 2017	12,40	142,70	8,69%
AGO 2017	169,20	132,70	127,51%
SET 2017	55,00	137,90	39,88%
OUT 2017	350,20	168,40	207,96%
NOV 2017	169,60	159,30	106,47%
DEZ 2017	102,00	151,90	67,15%
JAN 2018	341,20	149,10	228,84%
FEV 2018	68,80	177,20	38,83%
MAR 2018	220,20	143,50	153,45%
ABR 2018	42,20	114,20	36,95%
MAI 2018	83,00	136,20	60,94%

30/04/2023, respectivamente:

JUN 2018	93,20	122,20	76,27%
JUL 2018	59,00	142,70	41,35%
AGO 2018	119,80	132,70	90,28%
SET 2018	214,80	137,90	155,77%
OUT 2018	336,00	168,40	199,52%
NOV 2018	210,00	159,30	131,83%
DEZ 2018	98,00	151,90	64,52%
JAN 2019	296,40	149,10	198,79%
FEV 2019	281,80	177,20	159,03%
MAR 2019	175,20	143,50	122,09%
ABR 2019	170,40	114,20	149,21%
MAI 2019	324,00	136,20	237,89%
JUN 2019	53,20	122,20	43,54%
JUL 2019	106,40	142,70	74,56%
AGO 2019	47,40	132,70	35,72%
SET 2019	44,20	137,90	32,05%
OUT 2019	231,00	168,40	137,17%
NOV 2019	171,20	159,30	107,47%
DEZ 2019	183,20	151,90	120,61%



Tabela 2 – Acumulados e normais climatológicas de precipitação (mm), e porcentagem em relação à média do mês – Chapecó/SC. Fonte: INMET

R.Climática	Oeste	Normal Climatológica Chapecó INMET 1961-1990	Porcentagem de precipitação (%) (em relação à média mensal histórica)
Estação	1518-Chapecó - INMET		
Município	Chapecó/SC		
Latitude (Graus,Dec)	-27,09		
Longitude (Graus,Dec)	-52,64		
Altitude (m)	687		
Proprietário	INMET		
Variável	Precipitação 1 hora (mm)	Precipitação (mm)	
Mês Ano	Soma Mensal		
JAN 2020	115,00	149,10	77,13%
FEV 2020	158,80	177,20	89,62%
MAR 2020	33,20	143,50	23,14%
ABR 2020	87,80	114,20	76,88%
MAI 2020	186,80	136,20	137,15%
JUN 2020	333,00	122,20	272,50%
JUL 2020	128,60	142,70	90,12%
AGO 2020	117,80	132,70	88,77%
SET 2020	40,20	137,90	29,15%
OUT 2020	19,20	168,40	11,40%
NOV 2020	139,00	159,30	87,26%
DEZ 2020	241,00	151,90	158,66%
JAN 2021	210,60	149,10	141,25%

FEV 2021	74,60	177,20	42,10%
MAR 2021	94,20	143,50	65,64%
ABR 2021	23,00	114,20	20,14%
MAI 2021	67,40	136,20	49,49%
JUN 2021	185,60	122,20	151,88%
JUL 2021	56,00	142,70	39,24%
AGO 2021	20,20	132,70	15,22%
OUT 2021	323,60	168,40	192,16%
NOV 2021	108,00	159,30	67,80%
DEZ 2021	7,40	151,90	4,87%
JAN 2022	89,80	149,10	60,23%
FEV 2022	110,20	177,20	62,19%
MAR 2022	203,20	143,50	141,60%
ABR 2022	279,20	114,20	244,48%
MAI 2022	295,40	136,20	216,89%
JUN 2022	207,80	122,20	170,05%
JUL 2022	78,60	142,70	55,08%
AGO 2022	175,20	132,70	132,03%
SET 2022	149,60	137,90	108,48%
OUT 2022	368,40	168,40	218,76%
NOV 2022	38,20	159,30	23,98%
DEZ 2022	89,80	151,90	59,12%
JAN 2023	183,20	149,10	122,87%
FEV 2023	111,00	177,20	62,64%
MAR 2023	88,40	143,50	61,60%
ABR 2023	156,20	114,20	136,78%



Anexo IV



Vigilância Sanitária e Ambiental- Prefeitura Municipal de Palmitos, SC.

PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA (PPR-ESP)

**PALMITOS - SC
2023 A 2025**

Prefeito Municipal

Dair Jocely Enge

Vice-Prefeito

Cristiano André Hoppe

Secretária Municipal de Saúde

Juarez Rossini

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Geraldo Henrique Walbrinck

Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos.

Ruque Gozati

Secretário Municipal de Assistência Social, Habitação e Promoção Social.

Anacleto Seochi

Ponto focal do VIGIDESASTRES Municipal

Defesa Civil: Ricardo Einoft

Vigilância Sanitária: Juliane Lorini Azevedo

Cordenação Atenção Primária: Dinéia Cristiane de Aguiar

Dair Jocely Enge
Prefeita de Palmitos

Juarez Rossini
Secretário Municipal de Saúde
CPF: 807.308.810-01

2023



Anexo V



CIR - COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL/REGIÃO OESTE

DELIBERAÇÃO 038/2023

A Comissão Intergestores Regional - CIR Oeste:

Considerando a aprovação na reunião CIR do dia 10/11/2023, conforme consta em ata.

Considerando que os Planos de Ação do VIGIDESASTRES estão vinculados a aprovação dos respectivos Conselhos Municipais de Saúde.

Considerando que os processos de elaboração dos Planos foram coordenados junto ao Núcleo Central de Vigilância Sanitária Estadual - VISA/SES

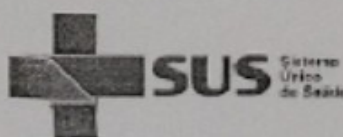
Este colegiado é de parecer **FAVORÁVEL** ao Plano de Ação elaborado pelos municípios de: *Palmitos*

CHAPECÓ, 13 DE NOVEMBRO 2023



Assinado digitalmente por:
CLEOMAR PROVENCIO
14/11/2023 08:16:37
SECRETÁRIO DA SAÚDE

CLEOMAR PROVENCIO
COORDENADOR DO COLEGIADO CIR OESTE



1301.00000.010075.455-14623 DU 14/11/2023 08:16:37-03
14623.000.010075.455-14623 DU 14/11/2023 08:16:37-03

